

AULA 02

FLUXO DOS CAIXAS

Esta aula consta no item 14 do Edital para AFRFB e acreditamos que pelo menos 1 questão sobre o assunto será cobrada na prova.

1. INTRODUÇÃO

A Lei nº 6.404, de 30 de outubro de 1976 (Lei 6.404/76) estabelece, no art. 176, que as demonstrações contábeis obrigatórias são: balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; e demonstração das origens e aplicações de recursos. No § 4º do mesmo dispositivo nos é informado que as demonstrações serão complementadas por notas explicativas e **outros quadros analíticos** ou **demonstrações contábeis** necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

Percebe-se que a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) não é obrigatória, mas encontra amparo no § 4º do art. 176 da Lei 6.404/76, quando ela estabelece que as demonstrações são complementadas por outros quadros ou demonstrações contábeis necessários para o esclarecimento da situação patrimonial. De fato, a DFC complementa e esclarece a situação patrimonial no concernente ao aspecto financeiro do patrimônio, servindo de apoio ao processo decisório na gestão empresarial.

Em que pese não haver disposição expressa na lei societária sobre a DFC, a nova lei de falências, Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, no art. 105, inciso I, alínea “d”, dispõe que:

Art. 105 - O devedor em crise econômico-financeira que julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial deverá requerer ao juízo sua falência, expondo as razões da impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial, acompanhadas dos seguintes documentos:

I – demonstrações contábeis referentes aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:

- a) balanço patrimonial;*
- b) demonstração de resultados acumulados;*
- c) demonstração do resultado desde o último exercício social;*
- d) **relatório do fluxo de caixa;***

Além desse dispositivo legal, a CVM, por meio do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP Nº 01/2005, de 25 de fevereiro de 2005, orientando os Diretores de Relações com Investidores e Auditores Independentes sobre a elaboração de Informações Contábeis pelas Companhias Abertas, estabeleceu no item 4 as seguintes recomendações acerca da Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC):

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

4.1 Evolução da Demonstração de Fluxos de Caixa

As origens da atual demonstração de fluxos de caixa estão nas demonstrações preparadas décadas atrás pelas companhias que apresentavam as fontes e aplicações de fundos obtidos em essência dos aumentos e diminuições dos itens do balanço patrimonial. A diferença entre esses itens foi chamada de posição financeira, denominação que permanece até hoje em vários países. Esse formato evoluiu de uma informação suplementar e voluntária para uma demonstração obrigatória ainda sob o conceito da posição financeira como a variação do capital circulante, ou capital de giro líquido.

Na forma prevista pelo artigo 188 da Lei nº 6.404/76, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR – tem como objetivo indicar as modificações na posição financeira da companhia, ou seja, as variações de itens dos ativos e passivos organizados de forma tal que demonstre a variação no capital circulante líquido do período. No texto desse artigo, essa demonstração deve discriminar:

I – as origens dos recursos, agrupadas em:

- a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;*
- b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;*
- c) recursos de terceiros, originários do aumento do passível exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado;*

II – as aplicações de recursos, agrupadas em:

- a) dividendos distribuídos;*
- b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;*
- c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;*
- d) redução do passivo exigível a longo prazo;*

III – o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;

IV – os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

A elaboração da demonstração de origens e aplicações de recursos evoluiu ao longo do tempo e os seguintes pontos foram adotados na prática contábil: (i) quando os recursos das operações da empresa apresentarem-se negativos, eles devem ser demonstrados como uma aplicação de recursos e não como uma redução na origem de recursos, (ii) os empréstimos dedicados ao financiamento do imobilizado podem ser apresentados como origens e aplicações, respectivamente, (iii) a reavaliação deve ser excluída das

demonstrações das origens e aplicações por não representar fluxo de recursos.

O conceito de "fundos" e "posição financeira" originário das primeiras demonstrações, foi então estreitado para uma definição de caixa ou equivalente de caixa, conforme estabelecido no pronunciamento americano SFAS 95 e no pronunciamento internacional IAS 7, ambos com o título de Statement of Cash Flow. A DOAR está, portanto, baseada nos conceitos de capital circulante líquido e no regime de competência, o que significa apresentar a disponibilidade dentro do chamado ciclo financeiro da empresa e na geração de recursos operacionais a partir do resultado elaborado segundo o regime de competência. A demonstração dos fluxos de caixa, por outro lado, baseia-se no conceito de disponibilidade imediata, demonstrado segundo o regime de caixa.

4.2 A Demonstração dos Fluxos de Caixa segundo a norma internacional IAS 7

A seguir estão resumidos e comentados os principais pontos da norma sobre a demonstração de fluxo de caixa no IAS 7:

Objetivos

A informação dos fluxos de caixa fornece uma base para avaliação da capacidade de geração e utilização desses fluxos de forma estruturada por natureza de atividades. Os usuários da empresa estão interessados em saber como a empresa gera caixa e equivalentes de caixa, e este interesse independe da natureza da empresa.

Estrutura

Os seguintes tópicos principais devem ser usados em todos os fluxos de caixa: (i) atividades operacionais, (ii) de investimento e (iii) de financiamento. Essa classificação permite avaliar o efeito das atividades sobre o montante de caixa e equivalentes de caixa.

Conceitos

Caixa e equivalentes de caixa: o caixa compreende numerário em mãos e depósitos bancários disponíveis; Equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valores de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da entidade, além de outras atividades diferentes das de investimento e financiamento; Esses fluxos são basicamente derivados de transações geradoras de receita da entidade e, portanto, geralmente resultam das transações e outros eventos que entram na apuração do resultado. Exemplos são os recebimentos em dinheiro pela venda de bens e serviços e o pagamento em dinheiro a fornecedores, a empregados, a seguradores por prêmios e de impostos.

Atividades de investimento: são aquisição e venda de ativos de longo prazo e outros investimentos que representam gastos destinados a gerar receitas futuras e fluxos de caixa e que não estão incluídos nos equivalentes de caixa.

Exemplos são os desembolsos para aquisição de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo, recebimentos pela venda de ativo imobilizado, aquisição ou venda de ações ou instrumentos de dívida de outras entidades.

Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e empréstimos a pagar da entidade, que representam exigências impostas a futuros fluxos de caixa pelos fornecedores de capital à entidade. Exemplos são o numerário proveniente da emissão de ações ou instrumentos de capital, pagamento a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade, numerário proveniente da emissão de debêntures, tomada de empréstimo a curto e longo prazo, amortização de empréstimos e, pagamento de arrendamento (lease).

Métodos para apresentação

A entidade pode usar o método direto ou indireto para reportar o fluxo de caixa das atividades operacionais, sendo encorajado o método direto. No método direto as principais classes de recebimentos e desembolsos são divulgados e, no método indireto, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é determinado ajustando-se o resultado (lucro ou prejuízo): (i) pelos efeitos das transações que não afetam o caixa, como depreciação, diferimentos e provisões, lucros ou prejuízos cambiais não realizados, lucros não distribuídos de investidas e interesses minoritários, (ii) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas a receber e a pagar e, (iii) todos os outros itens de receita e despesa relativos a fluxos de caixa de atividades de investimento e financiamento, (iii) todos os outros itens de receita e despesa relativos a fluxos de caixa de atividades de investimento e financiamento.

Aspectos de classificação e divulgação

- a) A entidade deve destacar as principais classes de recebimento e pagamentos decorrentes das atividades de investimento e financiamento pelo valor bruto;*
- b) Os fluxos de caixa de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda em que estão expressas as demonstrações contábeis da entidade, convertendo-se o montante em moeda estrangeira à taxa cambial na data do fluxo de caixa;*
- c) Quando um contrato é contabilizado como proteção (hedge) de uma posição identificável, os fluxos de caixa do contrato são classificados do mesmo modo como os fluxos de caixa da posição que está sendo protegida.*
- d) os fluxos de caixa referentes a itens extraordinários devem ser classificados como resultantes de atividades operacionais, de investimento ou de financiamento, conforme o caso, e separadamente divulgados;*
- e) os fluxos de caixa referentes aos juros, dividendos e impostos de renda devem ser divulgados separadamente e de maneira uniforme no grupo em que melhor represente a essência da transação; o pronunciamento IAS 7 não especifica como devem ser classificados estes fluxos de caixa, e requer da*

empresa que estabeleça a sua política contábil para esses itens da forma mais adequada;

A diferença de tratamento dos juros e dividendos entre os pronunciamento americano FASB Statement 95 e o pronunciamento internacional IAS 7

A classificação dos juros e dividendos, que no pronunciamento internacional IAS 7 permite tratamentos alternativos, recebe uma diretriz específica no caso do pronunciamento americano. O pronunciamento IAS 7 permite uma empresa não financeira classificar de forma consistente entre os períodos: (a) juros (despesas financeiras) e dividendos pagos ou recebidos no tópico "operacional" ou (b) juros e dividendos pagos como "financiamento", ou seja, custo da obtenção dos recursos financeiros, e juros (receitas financeiras) e dividendos recebidos como "investimento", ou seja, retornos sobre investimento. O pronunciamento SFAS 95, por outro lado: (i) requer que os juros pagos e os juros e dividendos recebidos devem ser classificados como fluxo de caixa operacional, (ii) classifica os dividendos pagos como um fluxo de caixa de "financiamentos", porque são considerados um custo para obter recursos. Acrescente-se que o SFAS 95 determina que a transação deve ser classificada na atividade que representar a fonte predominante de fluxos de caixa para o item, e esta diferença pode fazer com que a empresa potencialmente varie a classificação para um mesmo tipo de transação.

A premissa subjacente no caso do pronunciamento americano é a convergência entre o fluxo de caixa operacional e os itens do resultado. O IAS 7 requer divulgar, separadamente, os juros pagos e recebidos e os dividendos pagos e recebidos e o SFAS 95 permite que os juros e dividendos recebidos possam ser divulgados em conjunto.

Recomenda-se que a empresa brasileira, particularmente aquelas com registro em bolsas americanas, estabeleçam e divulguem em nota explicativa às demonstrações de fluxos de caixa uma política contábil para esses itens. Uma forma de conciliação entre esses pronunciamentos poderia ser a demonstração de juros pagos e juros e dividendos recebidos, como item do fluxo de caixa operacional e os dividendos pagos como item do fluxo de caixa de financiamento, mantendo-se cada um desses itens demonstrado em separado.

Divulgação de notas explicativas às demonstrações de fluxo de caixa

O IAS 7 e o SFAS 95 requerem divulgações em notas explicativas sobre certos tópicos da demonstração de fluxo de caixa:

tópico	SFAS 95	IAS 7
Componentes caixa e equivalentes caixa	Exige a divulgação dos critérios que a empresa utiliza na consideração dos investimentos classificados como equivalentes-caixa.	Exige a divulgação dos componentes que a empresa está considerando como caixa e equivalentes caixa e deve apresentar uma conciliação entre os valores em sua demonstração dos fluxos de

		caixa com os itens do balanço patrimonial . Deve ser divulgado o efeito de qualquer mudança na política para determinar os componentes de caixa e equivalentes de caixa (IAS 8).
Juros, dividendos e imposto de renda	Os juros (líquido das quantias capitalizadas) e imposto de renda pagos devem ser evidenciados em destaque apenas se for utilizado o método indireto; dividendos pagos podem ser agrupados com outras distribuições aos proprietários; e, juros e dividendos recebidos podem também constituir um único subitem.	Os juros e dividendos, pagos e recebidos, e o imposto de renda pago devem ser mostrados de forma individualizada na demonstração de fluxo de caixa, independentemente de se utilizar o método direto ou indireto.
Itens extraordinários	Não é necessário nenhum procedimento especial para evidenciar os fluxos de caixa oriundos de itens extraordinários.	Devem ser classificados como resultantes de atividades operacionais, de investimento ou de financiamento, conforme o caso, separadamente divulgados, a que os originou, e evidenciados de acordo com o IAS 8.
Fluxo de caixa por ação	Proíbe a divulgação de qualquer índice relacionado ao fluxo de caixa por ação.	Não faz referência.
Atividades de <i>hedging</i>	Requer a divulgação dos critérios utilizados para classificar os <i>hedges</i> de transações identificáveis na mesma categoria dos itens que o originaram.	Não requer a divulgação dos critérios utilizados.
Saldos indisponíveis de caixa	Não faz referência.	Deve divulgar os saldos de caixa e equivalentes de caixa indisponíveis, juntamente com os comentários da administração.
Outras divulgações	Não faz referência.	Encoraja a divulgação, de: . Valor de empréstimos obtidos mas não utilizados, . Valor dos fluxos de caixa por

		<p>atividade em <i>joint ventures</i>;</p> <p>. Valor dos fluxos de caixa derivados de aumentos na capacidade operacional separadamente daqueles necessários para manter a capacidade operacional;</p> <p>. Valor dos fluxos por atividade econômica e região geográfica.</p>
--	--	---

A companhia deve, também, considerar outros itens de esclarecimento para os usuários em notas explicativas adicionais como, por exemplo: (a) a divulgação dos juros e encargos pagos no ano, inclusive os capitalizados oriundos de ativações em bens em construção; (b) o total do imposto de renda e CSSL pagos no ano e, (c) eventuais transações que ou eventos que não alteraram o caixa mas são relevantes para informar sobre o fluxo de recursos da empresa (e que são expressamente excluídos da demonstração do fluxo de caixa pelo IAS 7). Como política contábil a empresa também pode determinar que qualquer fluxo de caixa das atividades de investimento e financiamento que seja maior que 5% do valor total da atividade envolvida seja discriminado em separado. Nesse caso, a empresa julgou que, ao abrir a composição desses fluxos de caixa, facilitaria a avaliação do comportamento da atividade para o investidor/analista de mercado.

4.3 Divulgação segundo as normas brasileiras e normas estrangeiras.

As companhias abertas vêm divulgando a DFC de forma suplementar às suas demonstrações contábeis, dando uma conotação de informação de natureza voluntária. No entanto, as companhias que divulgarem essa informação no exterior são obrigadas a divulgá-la no Brasil para que não ocorra a divulgação de informações de forma privilegiada e assimétrica entre os diferentes mercados. As companhias devem atentar, também, para que a divulgação da Demonstração dos Fluxos de Caixa divulgada no Brasil seja a mesma divulgada no exterior, ou seja, tenha o mesmo formato e estrutura, para que não haja prejuízo ao entendimento do investidor.

Recomenda-se que, na situação de transição atual, as demonstrações de fluxos de caixa e de origens e aplicações de recursos sejam elaboradas de acordo com as normas e práticas dispostas nas quais a companhia escolheu para referenciar a elaboração desse tipo de demonstração e que estão esclarecidas na nota explicativa sobre as políticas contábeis seguidas. Por exemplo: a demonstração de origens e aplicações na legislação societária brasileira, a demonstração de fluxos de caixa pelo FAS 95 ou pelo IAS 7. Isso não impede que a companhia aperfeiçoe o modelo proposto pela regulação, sendo recomendável o esclarecimento adicional sobre as bases da política contábil seguida ao estabelecer essas modificações, para que não exista prejuízo de entendimento para o usuário/investidor. Como exemplo desses aperfeiçoamentos, podemos citar a redução do CCL como origens de recursos e o aumento do CCL como aplicação de recursos, na DOAR e a criação de categorias ou subitens especiais na demonstração dos fluxos de caixa.

Finalmente, ao fazer modificações sobre a estrutura e conceitos indicados na regulação, os administradores, contadores e auditores, devem avaliar se o que se deseja acrescentar ou modificar não altera o julgamento do analista/investidor e se, alternativamente, deve modificar a estrutura dessa demonstração ou constar de nota de rodapé ou ainda de nota explicativa. O critério final de uma alteração de forma em uma demonstração deve ser, portanto, a sua utilidade ou relevância para o usuário e, para isso, a empresa deve referenciar-se tanto na estrutura regulatória, que pretende organizar a informação mínima necessária a ser divulgada, quanto nos objetivos dos usuários da informação contábil divulgada.

A divulgação da demonstração dos fluxos de caixa em português usando os meios para a divulgação no Brasil, ou seja, divulgados através do site da companhia, site da CVM, jornais, por exemplo, deve manter a perfeita identidade com o fluxo de caixa divulgado em língua estrangeira segundo normas estrangeiras. A divulgação da demonstração dos fluxos de caixa em formatos diferentes e em dois mercados distintos, com acréscimos ou exclusão das respectivas notas explicativas, por exemplo, não contribui para comunicar o desempenho da empresa e traz potencialmente o risco de confundir o leitor.

Em outra situação, a divulgação do mesmo tipo de informação contábil em um mercado e a não divulgação em outro mercado configura a divulgação assimétrica de informações e representa uma infração em relação ao disposto na legislação brasileira. Recomenda-se especial atenção para esse aspecto, para que não exista prejuízo ao investidor brasileiro e nem ao investidor internacional.

Assim, a elaboração da DFC possui exigência legal na lei de falências e a recomendação de sua elaboração pela CVM, em face da legislação estrangeira ou por ato volitivo da empresa. Portanto, analisaremos a DFC nos aspectos apregoados pela CVM.

Por se constituir numa demonstração financeira, adequada às análises de curto prazo e à gerência financeira do dia-a-dia, a DFC vem crescendo em nosso meio, pois são de grande valia as informações trazidas por este demonstrativo complementar.

Ademais, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), que é um demonstrativo financeiro com grande capacidade informativa e exigida pela lei societária, é muito complexa e de difícil compreensão, principalmente, no concernente ao conceito abstrato de Capital Circulante Líquido. Com isso, as empresas preferem publicar a DFC que, embora com menor capacidade informativa, é de compreensão mais fácil por parte dos administradores e do público em geral. Portanto, estamos diante da tendência de a DOAR ser substituída, com o passar do tempo, pela DFC.

2. CONCEITO

Embora o nome dado ao demonstrativo seja Fluxo dos Caixas ou Fluxo de Caixa, a sua demonstração se prende a informar, basicamente, de onde vem e para onde

vão os recursos aplicados em disponibilidades, representados pelo dinheiro em caixa, depositado em banco e as aplicações financeiras de liquidez imediata, isto é, envolve o conceito de equivalente de caixa.

Surge, assim, o conceito de equivalentes de caixa que são aquelas aplicações financeiras de curtíssimo prazo de liquidez imediata.

Trata-se de um demonstrativo ou instrumento financeiro e gerencial utilizado pelos administradores e investidores como termômetro para aferir a saúde financeira da entidade, tanto a atual quanto a projetada.

Existem, portanto, diversos objetivos e diferentes formas de se elaborar a DFC. De modo geral, as finalidades para as quais se elabora esta demonstração são para evidenciar **o fluxo de caixa realizado** e o **fluxo de caixa projetado**.

Conforme o próprio nome revela, o principal objetivo do fluxo de caixa realizado é demonstrar as movimentações das entradas e as saídas de recursos financeiros, no disponível da entidade, realizados num determinado intervalo de tempo considerado.

A elaboração do fluxo de caixa realizado por diversos períodos sucessivos permite a elaboração de análise horizontal ou análise de tendência. Além disso, se elaborado criteriosamente, servirá de ponto de partida à elaboração do fluxo de caixa projetado.

É de ressaltar, ainda, que o fluxo de caixa realizado se constitui em ferramenta de indiscutível valor de controle do fluxo de caixa projetado, pois por meio dele é possível constatar as causas das falhas no planejamento ou na gestão dos recursos financeiros quando houver divergências entre os valores projetados e os realizados.

Desta forma, pelo fluxo de caixa realizado, é possível evidenciar que determinada entidade, mesmo apresentando resultados positivos, não possui liquidez para saldar seus compromissos assumidos em curto ou em médio prazo, visto que a DFC apresenta as alterações sofridas no *disponível* da sociedade. De forma diversa, a DOAR evidencia alterações no *Capital Circulante Líquido* que, geralmente, não representa liquidez, pois traz no seu bojo todo ativo circulante, incluindo contas como duplicatas a receber, estoques, despesas antecipadas etc.

O fluxo de caixa se constitui numa ferramenta de gerenciamento dos recursos financeiros à disposição do administrador, aplicável tanto aos recebimentos quanto aos pagamentos. Do ponto de vista do planejamento, o fluxo de caixa projetado está ganhado ênfase cada vez maior, ao passo que sob a ótica do controle da execução orçamentária o fluxo de caixa realizado ganha relevo.

Na projeção de orçamento empresarial, onde são previstas as receitas e despesas de um determinado período, está presente o fluxo de caixa projetado. Desta forma, a principal finalidade do fluxo de caixa projetado é gerencial, com vistas a determinar um provável comportamento do fluxo de entradas e saídas de recursos financeiros.

A projeção pode ser a curto ou a longo prazo. Em ambas as hipóteses é possível identificar as insuficiências ou os excessos de recursos no período projetado. Portanto,

subsídia as decisões da administração quanto a necessidade de investimentos externos ou na alocação de possíveis excessos.

Por meio do fluxo de caixa projetado o administrador pode planejar os seus pagamentos e terá em suas mãos a programação financeira de determinado período. O planejamento pode envolver as entradas e saídas de recursos financeiros a curtos e médios prazos.

Assim, podemos dizer que a DOAR evidencia as origens e as aplicações de recursos que alteram o *Capital Circulante Líquido* ao passo que a DFC evidencia as origens e aplicações de recursos que alteram o *disponível*.

Ressalta-se que na DFC são demonstradas tanto as origens quanto as aplicações dos recursos financeiros que transitaram pelo disponível de determinada entidade.

Sempre é bom lembrar que por disponível se entende: Caixa + Bancos + Aplicações Financeiras de liquidez imediata ou Investimentos de liquidez imediata.

3. DEFINIÇÕES IMPORTANTES

Tomando por base os conceitos contidos nas recomendações da CVM, podemos apresentar as seguintes definições:

Fluxos de caixa: são ingressos e saídas de caixa e equivalentes de caixa. É interessante que se abandone o conceito de regime de competência, pois este demonstrativo baseia-se, exclusivamente, no conceito de regime de caixa.

Caixa ou equivalentes de caixa: na movimentação dos recursos financeiros, incluem-se não somente saldos de moeda em caixa ou depósitos em conta bancária disponível, mas, também, outros tipos de contas que possuem as mesmas características de liquidez e de disponibilidade imediata, ou seja, os valores prontamente conversíveis em dinheiro, cujo risco de mudança de valor é insignificante. Como equivalentes de caixa, devem ser consideradas as aplicações financeiras com característica de liquidez imediata.

Atividades operacionais: compreendem as transações que envolvem a consecução do objeto social da Entidade que são as principais atividades geradoras de receita da entidade. As receitas e despesas das atividades operacionais aqui consideradas possuem conotação diferente da dada às receitas e despesas operacionais consideradas na apuração do resultado, entretanto, geralmente, estão presentes naquele demonstrativo. Nestas atividades devem ser evidenciadas também outras receitas que não se amoldem aos conceitos de atividades de investimento e financiamento. Elas podem ser exemplificadas pelo recebimento em dinheiro decorrente da venda de bens e serviços, pagamento aos fornecedores por compra de materiais, pagamentos aos funcionários, pagamentos a seguradores por prêmios e impostos etc.

Atividades de investimentos: compreendem as transações com os ativos de longo prazo e outros investimentos que representam gastos destinados a gerar

receitas futuras e fluxos de caixa e que não estão incluídos nos equivalentes de caixa. Portanto, caracterizam esta atividade os desembolsos efetuados ou as entradas de recursos originadas nas aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objeto social da Entidade. As atividades de investimentos não compreendem a aquisição de ativos com o objetivo de revenda.

Atividades de financiamentos: são as atividades que interferem na composição e no valor do patrimônio líquido e empréstimos a pagar da entidade, que representam exigências impostas a futuros fluxos de caixa pelos fornecedores de capital à entidade. Incluem-se nessas atividades a captação de recursos junto aos acionistas ou cotistas pela emissão de ações ou instrumentos de capital, pagamento a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade, numerário proveniente da emissão de debêntures, tomada de empréstimo a curto e longo prazo, amortização de empréstimos e, pagamento de arrendamento.

É de ressaltar que determinados recebimentos ou pagamentos de caixa podem ter características que se enquadrem tanto no fluxo de caixa das atividades operacionais, como nas atividades de financiamentos ou nas atividades de investimentos. Se for o caso, a classificação apropriada deverá levar em consideração qual atividade é predominante na geração do fluxo de caixa. Por exemplo, as transações envolvendo imóveis geralmente são consideradas como atividades de investimentos. Todavia, se um imóvel é adquirido com o objetivo de revenda, o fluxo de caixa gerado por essa transação é considerado como operacional, por possuir a característica de estoques, como numa entidade do ramo imobiliário. Adicionalmente, outro exemplo é a manutenção de ativos e passivos financeiros sem o objetivo primário de auferir ganhos financeiros.

Informações sobre atividades de investimentos e de financiamentos que resultaram em reconhecimento de um ativo ou de um passivo, mas que não resultaram em pagamentos ou recebimentos de caixa, devem ser excluídas da demonstração dos fluxos de caixa e serem apresentadas em local apropriado nas demais demonstrações ou em notas explicativas. Exemplos desse tipo são as aquisições de ativos realizadas por meio de empréstimos ou financiamentos e a reavaliação, pois não refletem nem aumento nem diminuição de disponibilidades.

Dessa forma, apenas as transações que afetam o fluxo de caixa devem ser apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa.

4. PRINCÍPIOS CONTÁBEIS APLICÁVEIS

A "Demonstração dos Fluxos de Caixa" refletirá as transações de caixa oriundas: a) das atividades operacionais; b) das atividades de investimentos; e c) das atividades de financiamentos. Também, deverá ser apresentada uma conciliação entre o resultado e o fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais visando fornecer informações sobre os efeitos líquidos das transações operacionais e de outros eventos que afetam o resultado.

A função primordial de uma demonstração dos fluxos de caixa é a de propiciar informações relevantes sobre as movimentações de entradas e saídas de caixa de uma entidade num determinado período ou exercício. As informações contidas numa demonstração dos fluxos de caixa, quando utilizadas com os dados e informações divulgados nas demonstrações contábeis, destinam-se a ajudar seus usuários a avaliar a geração de fluxos de caixa para o pagamento de obrigações e lucros e dividendos a seus acionistas ou cotistas, ou a identificar as necessidades de financiamento, as razões para as diferenças entre o resultado e o fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais e, finalmente, revelar o efeito das transações de investimentos e financiamentos, com a utilização ou não de numerário, sobre a posição financeira.

Desta forma, o principal objetivo da “Demonstração do Fluxo de Caixa” é a mais ampla evidenciação da situação financeira da Entidade. Sendo este o principal princípio contábil envolvido na DFC, ou seja, a ampla evidenciação.

A par dos demais princípios contábeis, a DFC fica adstrita ao regime de caixa, não lhe sendo aplicável o princípio da competência e os demais princípios fundamentais de contabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES DE TÉCNICA CONTÁBIL

A demonstração dos fluxos de caixa para um determinado período ou exercício deve apresentar o fluxo de caixa oriundo ou aplicado nas atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos e o seu efeito líquido sobre os saldos de caixa, conciliando seus saldos no início e no final do período ou exercício.

Entidades sujeitas a órgãos reguladores devem utilizar, se houver, modelos estabelecidos pelos respectivos órgãos.

Na preparação da demonstração dos fluxos de caixa, poderá ser utilizado o método direto ou indireto.

O **método direto** caracteriza-se por apresentar os componentes dos fluxos por seus valores brutos, ao menos para os itens mais significativos dos recebimentos e dos pagamentos.

Neste método, devem ser apresentados, no mínimo, os seguintes tipos de recebimentos e pagamentos relacionados às operações:

- ✓ Recebimento de clientes decorrentes de vendas de mercadorias, produtos ou serviços;
- ✓ Juros, lucros e dividendos recebidos;
- ✓ Pagamentos a fornecedores de mercadorias e serviços;
- ✓ Pagamentos a empregados e remuneração de administradores;
- ✓ Pagamento de Imposto de Renda;
- ✓ Outros recebimentos e pagamentos operacionais.

O **método indireto** caracteriza-se por apresentar o fluxo de caixa líquido oriundo do Lucro Líquido do Exercício (LLE), ajustado por:

- ✓ Movimentação líquida das contas que influenciam na determinação dos fluxos de caixa das atividades operacionais, tais como estoques, contas a receber e contas a pagar.
- ✓ Movimentação líquida das contas que influenciam na determinação dos fluxos de caixa das atividades de investimentos e de financiamentos, a partir das disponibilidades geradas pelas atividades operacionais, ajustadas pelas movimentações dos itens que não geram caixa, tais como: depreciação, amortização, baixas de itens do ativo permanente etc.

Tanto pelo método direto quanto pelo método indireto deve-se fazer a conciliação do resultado do exercício com o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. Todos os ajustes de conciliação entre o resultado e o caixa gerado pelas atividades operacionais devem ser claramente identificados como itens de conciliação.

EXEMPLOS

Deve-se classificar como **oriundo de atividade operacional** o numerário recebido de:

- ✓ Clientes por venda de mercadorias, produtos e serviços;
- ✓ Subsidiárias, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, a título de lucros ou dividendos;
- ✓ Reembolsos de fornecedores, companhias de seguro, restituição de impostos, etc.

Deve-se classificar como **utilizado na atividade operacional** o numerário pago a:

- ✓ Fornecedores por compra de material produtivo (mercadorias, matéria-prima);
- ✓ Empregados;
- ✓ Processos, reembolsos a clientes etc.;
- ✓ Governos, por impostos e contribuições.

Deve-se classificar como **oriundo de atividades de investimentos** o numerário recebido por:

- ✓ Venda de ativos permanentes.

Deve-se classificar na **atividade de investimentos o numerário utilizado** na aquisição de:

- ✓ ativo permanente.
- ✓ Aplicação de recursos no ARLP

Deve-se classificar como **oriundo de atividades de financiamentos** o numerário recebido por:

- ✓ Integralização de capital;
- ✓ Colocação de títulos a longo prazo (debêntures e equivalentes);
- ✓ Obtenção de empréstimos externos (curto e longo prazos).

Deve-se classificar na **atividade de financiamentos** o numerário pago a:

- ✓ Acionistas ou cotistas por lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio ou reembolso de capital;
- ✓ Credores de obrigações por financiamentos (amortização).

Desta forma, enquanto as disposições legais mantiverem a exigibilidade de preparação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR, recomenda-se que a DFC seja apresentada como informação complementar, conforme apregoado pelo §4º do art. 176 da Lei nº 6.404/1976 e as orientações da CVM.

6. FORMAS DE ELABORAÇÃO

6.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A tendência mundial, inclusive a brasileira, é a elaboração deste demonstrativo segregando ou classificando as atividades por categorias.

O *Financial Accounting Standards Board* – *FASB*, órgão americano, orientando sobre a forma de elaboração do fluxo de caixa naquele país, classifica as atividades das empresas em três categorias: atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamentos.

Essa forma de elaboração e apresentação do fluxo de caixa, proposta por aquele órgão americano, aumenta a capacidade informativa desta ferramenta gerencial e foi referendada, de certa forma, pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, por meio do Pronunciamento nº 20, de 30/04/1999, publicado no D.O.U. em 30/04 e pela CVM, por meio OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP Nº 01/2005, de 25 de fevereiro de 2005.

6.1.1. Atividade operacionais

As **Atividades Operacionais** compreendem as atividades produtivas do empreendimento, abarcando, entre outras, as seguintes operações:

- ✓ valores recebidos de clientes decorrentes de vendas de mercadorias, produtos e serviços;
- ✓ valores pagos a fornecedores de mercadorias e serviços e empregados;
- ✓ valores pagos de imposto de renda e contribuição social;
- ✓ pagamentos e recebimentos de contingências;

- ✓ aquisição de materiais e serviços gerais;
- ✓ aumento de Resultados de Exercícios Futuros;
- ✓ devoluções a clientes;
- ✓ recebimento por reembolso de seguros;
- ✓ pagamentos de encargos sociais;
- ✓ recebimento de dividendos e lucros de sociedades por investimentos realizados ;
- ✓ recuperação de impostos recebidos.

Analisando a DFC, considerando este grupo, é possível perceber qual é a atividade que mais contribui para a formação do caixa operacional, bem como é possível perceber qual é a atividade operacional que mais absorve recursos financeiros.

6.1.2. Atividades de investimentos

Nas **Atividades de Investimentos** são agrupadas as transações que envolvem os ativos não circulantes, como por exemplo:

- ✓ ampliação e reestruturação do ativo permanente;
- ✓ aquisição de máquinas e equipamentos;
- ✓ aquisição e venda de participações em outras sociedades;
- ✓ compra de prédios e instalações;
- ✓ compra e venda de ativos fixos;
- ✓ venda de imobilizado.

6.1.3. Atividades de financiamentos

Por fim, as **Atividades de Financiamentos**, que interferem no Patrimônio Líquido e outros valores, comportam os recursos obtidos ou alocados nas seguintes operações:

- ✓ aquisição de ações em tesouraria;
- ✓ integralização de capital
- ✓ obtenção de empréstimos a curto prazo;
- ✓ obtenção de empréstimos a longo prazo;
- ✓ pagamento de empréstimos de curto e longo prazo;
- ✓ pagamento de juros sobre empréstimos;
- ✓ pagamento de juros sobre o capital próprio;
- ✓ pagamento de lucros ou dividendos;
- ✓ reacquirição de títulos relacionados com PL;
- ✓ recursos vindos dos proprietários ou acionistas;

- ✓ resgate de debêntures;
- ✓ subscrição de debêntures;
- ✓ recebimento de doações e subvenções.

É de ressaltar que nas atividades operacionais está incluído o aumento de REF, por representar efetivo ingresso de recursos no disponível (decorrente de vendas ou prestações de serviços futuros), embora seja classificada em conta que não representa circulante.

Outro aspecto interessante diz respeito às atividades de financiamento, na qual são incluídas as operações que envolvem o capital social, quer pelo seu aumento, quer pela destinação de resultado ou mesmo o pagamento de juros sobre o capital próprio. É de ressaltar que o ingresso desses valores será classificado como atividade operacional ao passo que o seu pagamento é considerado atividade de financiamento.

6.2. ELABORAÇÃO PROPRIAMENTE DITA

Existem dois métodos de se apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa: pelo **MÉTODO DIRETO** ou pelo **MÉTODO INDIRETO**. A diferença existente entre os dois métodos está na forma de apresentação das origens e aplicações dos recursos gerados ou aplicados nas atividades das operações.

6.2.1. MÉTODO INDIRETO

Por este método de apresentação do Fluxo de Caixa, as disponibilidades oriundas das atividades operacionais da empresa são demonstradas a partir do Resultado (lucro ou prejuízo) que deverá ser ajustado pelas contas incluídas na sua apuração que, entretanto, não afetaram as disponibilidades da entidade ou que não sejam enquadradas nas atividades das operações.

A semelhança da apresentação deste método com a DOAR nos autoriza a dizer que todos os valores movimentados num dado período, com exceção do disponível, ou são origens ou são aplicações de recursos financeiros, com exceção das variações patrimoniais que representam ingresso ou saída de disponível.

Assim, se elaborada a DOAR, serão necessários alguns ajustes a partir do Capital Circulante Líquido (CCL), para considerar os valores circulantes que representarão diminuições ou aumentos das disponibilidades.

Os ajustes necessários se referem aos aumentos líquidos nas contas do Passivo Circulante e dos aumentos líquidos das contas do ativo circulante que representam, respectivamente, origens e aplicações de recursos ou de outra forma aumento e diminuição das disponibilidades.

Considerado dessa forma, um aumento de Duplicatas a Receber representa que foram alocados recursos de caixa nessas operações, isto é, a empresa financiou vendas a seus clientes o que ocasionou a aplicação de disponibilidades, ou numa análise mais detalhada, representa recursos financeiros que deixaram de ingressar

nos cofres da entidade. Da mesma forma, o aumento das contas de Estoques, Despesas antecipadas, Valores Mobiliários etc., representam aplicação de disponibilidades ou a abdicação de recebê-los de imediato.

Por outro lado, as reduções de Ativo Circulante e o aumento do passivo circulante, que não seja em disponibilidades, representam origens de recursos financeiros ou disponibilidades.

Podemos representar, pois, estes ajustes como indicado no quadro seguinte:

Aumentos no AC e Reduções no PC	=	APLICAÇÕES
Reduções do AC e Aumentos no PC	=	ORIGENS

Até o momento, analisamos uma forma mais prática de demonstrar ou apurar o valor das disponibilidades. Entretanto, este demonstrativo possui uma forma própria, técnica, de ser apresentado. A estrutura mais técnica da Demonstração do Fluxo de Caixa, por este método, considerando as atividades segmentadas em seus três grupos, se apresenta da seguinte forma:

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Resultado Líquido do Exercício

(±) Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa como:

(+) Depreciação, amortização e exaustão

(+) Provisão para devedores duvidosos

(±) Resultado na venda do imobilizado

(±) Aumento ou diminuição do contas a receber

(±) Aumento ou diminuição de estoques

(±) Aumento ou diminuição de despesas antecipadas

(±) Aumento ou diminuição de passivos

(±) Variação no valor de investimentos avaliados pela equivalência patrimonial

(±) Variação REF

(±) Aumento ou diminuição de outros ajustes

(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

(+) Alienação de imobilizado

(+) Alienação de investimentos

(-) Aquisição de imobilizado

(-) Aquisição de investimentos

(=) Caixa Líquido das Atividades de Investimentos

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

(+) Empréstimos líquidos tomados

- (+) Aumento do capital social
- (-) Pagamentos de lucros e dividendos
- (-) Juros pagos por empréstimos tomados
- (-) Pagamentos de empréstimos/debêntures (principal)
- (=) Caixa Líquido das atividades de financiamentos
- (=) Aumento ou redução de Caixa Líquido
- (+/-) Saldo de Caixa – Inicial
- (=) Saldo de Caixa – Final

Observa-se que a DFC, elaborada segundo o método indireto, parte do resultado do exercício (lucro ou prejuízo), ajustado pelos valores que compõem este resultado, mas que, efetivamente, não afetaram as disponibilidades ou por não serem parte das atividades das operações.

Este resultado ajustado é obtido a partir da Demonstração do Resultado do Exercício, com adição das despesas de depreciação, amortização, exaustão, provisão para devedores duvidosos e ainda, pela variação dos saldos das contas Fornecedores ou Duplicatas a Pagar, Clientes ou Duplicatas a Receber e variação da conta representativa de investimentos avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial. Enfim, quaisquer valores que foram considerados na DRE e que não representem efetivos desembolsos ou ingressos de disponibilidades.

Assim, a DFC elaborada pelo método indireto se assemelha, em sua estrutura, à DOAR, assumindo os mesmos predicados da demonstração exigida pela lei societária, ou seja, é complexa e de difícil entendimento. A DFC elaborada pelo método direto, por sua vez, é mais objetiva e de mais fácil entendimento e interpretação sendo, por isso, estimulada a sua elaboração.

6.2.2. MÉTODO DIRETO

Pelo método direto da DFC, no fluxo das atividades operacionais, são apresentados os ingressos e as saídas no disponível em lugar do resultado do exercício ajustado que é utilizado na demonstração pelo método indireto. Isso possibilita uma visão mais clara das movimentações de recursos financeiros, pois apresenta, em único demonstrativo, as operações que influenciaram as disponibilidades, facilitando a análise aos usuários, principalmente aos que não possuem grandes conhecimentos em contabilidade.

No tocante à demonstração do fluxo de caixa das atividades de investimento e de financiamento, o método direto é idêntico ao método indireto. Desta forma, a diferença básica entre os dois métodos (Indireto e o Direto) reside na apresentação ou do fluxo de caixa das atividades operacionais, pois no método indireto partimos do resultado do exercício, ajustando-o pelos valores operacionais considerados na DRE que não representam, efetivamente, ingressos ou saídas de recursos financeiros. Já no método direto, no fluxo de caixa das atividades operacionais, consideramos os

ingressos de recursos e as saídas de recursos oriundos das operações da entidade, desconsiderando-se a DRE. As atividades de financiamentos e investimentos serão apresentadas exatamente da mesma forma nos dois métodos.

Assim, a estrutura de apresentação da DFC pelo método direto, por grupo de atividades, segue, basicamente, o seguinte roteiro:

Fluxo de caixa das atividades operacionais:

- (+) Recebimentos de clientes (cobrança em carteira)
- (+) Desconto de Duplicatas
- (+) Dividendos recebidos
- (+) Juros recebidos
- (+) Aluguéis recebidos
- (+) Recebimentos por reembolso de seguros
- (+) Recebimentos de lucros de subsidiárias
- (+) Venda à vista de mercadorias e serviços
- (+) Outros recebimentos
- (-) Devoluções de vendas
- (-) Pagamento a fornecedores
- (-) Compras à vista
- (-) Pagamentos de Salários
- (-) Pagamento de encargos sociais dos empregados
- (-) Pagamento de Impostos de renda e outras despesas legais e tributárias
- (-) Juros pagos sobre atividades das operações
- (-) Pagamento de Despesas com vendas
- (-) Pagamento de Despesas administrativas
- (-) Pagamento de Despesas financeiras
- (-) Outros pagamentos
- (=) Caixa líquido das atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

- (+) Alienação de imobilizado
- (+) Alienação de investimentos
- (-) Aquisição de imobilizado
- (-) Aquisição de investimentos
- (=) Caixa Líquido das Atividades de Investimentos

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

- (+) Empréstimos líquidos tomados

- (+) Aumento do capital social
- (-) Pagamentos de lucros e dividendos
- (-) Juros pagos por empréstimos tomados
- (-) Pagamentos de empréstimos/debêntures (principal)
- (=) Caixa Líquido das atividades de financiamentos
- (=) Aumento ou redução de Caixa Líquido
- (+/-) Saldo de Caixa – Inicial
- (=) Saldo de Caixa – Final

Verifica-se que a demonstração do fluxo de caixa pelo método direto torna a avaliação da solvência e da liquidez da empresa mais fáceis, pois evidencia toda a movimentação dos recursos financeiros decorrentes das operações, demonstrando as origens dos recursos de disponibilidades e suas respectivas aplicações.

Pelo exposto, podemos concluir que o fluxo de caixa representa uma poderosa e imprescindível ferramenta de gestão à disposição do administrador, não só pelo aspecto financeiro, mas, também, sob o aspecto decisório. Neste contexto, o fluxo de caixa projetado serve de planejamento e acompanhamento dos ingressos e saídas dos recursos financeiros, ao passo que o fluxo de caixa realizado serve, para o administrador, como meio de controle e para o usuário externo serve para análise de tendência e do comportamento dos ingressos e saídas de recursos do disponível.

Para finalizar e ressaltar a diferença existente entre as duas formas básicas de elaboração e demonstração desse demonstrativo complementar, apresenta-se o quadro seguinte contemplando, de forma simplificada, os dois métodos de elaboração:

MÉTODO DIRETO	MÉTODO INDIRETO
Ingressos Operacionais (-)	Resultado do Exercício (DRE) (+/_)
Desembolsos Operacionais (=)	Ajustes (=)
Fluxo de Caixa Operacional	Fluxo de Caixa Operacional
	(+/_)
	Fluxo de Caixa das atividades de Investimentos
	(+/_)
	Fluxo de Caixa das atividades de Financiamentos
	(=)
	Variação Líquida do Disponível

7. EXERCÍCIO DESENVOLVIDO

No balancete de encerramento do mês de novembro, de 20X4, da empresa BONSFLUXOS S.A, após o registro dos ajustes necessários foram levantados, entre outros, os seguintes saldos:

Contas	Saldos (R\$)
1 - Alienação de imobilizado à vista	R\$ 27.530,00
2 - Aquisição de imobilizado a prazo	R\$ 22.400,00
3 - Aumento de Resultado de Exercícios Futuros	R\$ 18.000,00
4 - Compras líquidas a prazo	R\$ 127.590,00
5 - Compras líquidas à vista	R\$ 312.000,00
6 - Custo das mercadorias vendidas	R\$ 678.000,00
7 - Custo do imobilizado vendido	R\$ 41.380,00
8 - Desconto de Duplicatas (realizados no mês)	R\$ 12.000,00
9 - Despesa com provisão para devedores duvidosos	R\$ 6.540,00
10 - Despesas com depreciação	R\$ 22.540,00
11 - Despesas de Juros do mês e pagas	R\$ 6.400,00
12 - Devoluções de vendas à vista	R\$ 5.200,00
13 - Dividendos recebidos	R\$ 6.200,00
14 - Duplicatas a receber (saldo inicial)	R\$ 123.650,00
15 - Mercadorias – Estoque inicial	R\$ 412.000,00
16 – Empréstimos líquidos tomados no mês	R\$ 2.400,00
17 - Ganhos pela equivalência patrimonial de controladas	R\$ 248.000,00
18 – ICMS sobre vendas (já pago no mês)	R\$ 111.300,00
19 - Integralização de capital recebida	R\$ 17.340,00
20 - Juros pagos	R\$ 6.200,00
21 - Juros recebidos de empréstimos concedidos	R\$ 6.940,00
22 - Despesas administrativas do mês e pagas	R\$ 7.800,00
23 - Despesas com vendas do mês e pagas	R\$ 6.200,00
24 - Despesas financeiras do mês e pagas	R\$ 2.720,00
25 - Pagamento de encargos sociais dos empregados	R\$ 21.400,00
26 - Pagamento aos fornecedores	R\$ 337.000,00
27 - Pagamento de Impostos de renda do mês anterior	R\$ 17.400,00
28 - Pagamento de seguros antecipados	R\$ 7.800,00
29 - Pagamentos de empréstimos/debêntures (principal)	R\$ 18.900,00
30 - Pagamentos de lucros e dividendos	R\$ 11.400,00
31 - Pagamento de salários do mês	R\$ 78.560,00
32 - PIS/COFINS sobre faturamento do mês (já pago)	R\$ 29.680,00
33 - Provisão para devedores duvidosos (saldo anterior)	R\$ 7.240,00
34 - Provisão para IR e CSLL	R\$ 22.540,00
35 - Recebimento de lucros de controladas	R\$ 124.000,00
36 - Recebimentos de clientes (cobrança em carteira)	R\$ 96.800,00
37 - Receita de Aluguel recebida no mês	R\$ 7.400,00
38 - Receitas de Juros recebidas no mês	R\$ 1.800,00
39 - Saldo inicial de Disponibilidades	R\$ 57.420,00
40 - Venda à vista de mercadorias e serviços	R\$ 742.680,00
41 - Vendas de mercadorias e serviços a prazo	R\$ 345.250,00

Com base nestes dados, solicita-se:

1 – Demonstrar o Fluxo de Caixa pelo método direto e indireto, de acordo com as atividades operacionais, de investimento e de financiamento;

2 – Demonstrar o fluxo de recebimentos do mês em questão, decorrentes de vendas de mercadorias e serviços;

SOLUÇÃO:

Começemos a solução do exercício proposto pela DRE.

Demonstração do Resultado do Exercício	
Discriminação	Valor (R\$)
Venda à vista de mercadorias e serviços	742.680,00
(+) Vendas de mercadorias e serviços a prazo	345.250,00
(=) Receita Bruta de vendas - mercadorias e serviços	1.087.930,00
(-) Devolução de vendas	(5.200,00)
(-) ICMS sobre vendas	(111.300,00)
(-) PIS/COFINS sobre faturamento	(29.680,00)
(=) Receita Líquida de vendas - mercadorias e serviços	941.750,00
(-) Custo da Mercadorias e Serviços Vendidos	(678.000,00)
(=) Lucro Bruto	263.750,00
(+/_) Outras Receitas e Despesas Operacionais	
Receita de Aluguéis	7.400,00
Receita de Juros	1.800,00
Ganho EP – controladas	248.000,00
Juros recebidos de empréstimos concedidos	6.940,00
(+) Total de Outras Receitas Operacionais	264.140,00
Despesas com Vendas	(6.200,00)
Despesas de salários	(78.560,00)
Encargos sociais – empregados	(21.400,00)
Despesas Financeiras	(2.720,00)
Despesa de Juros	(6.400,00)
Despesas Administrativas	(7.800,00)
Despesas com Provisão DD	(6.540,00)
Despesas de Depreciação	(22.540,00)
Juros pagos sobre empréstimo para imobilizado	(6.200,00)
(-) Total de Outras Despesas Operacionais	(158.360,00)
(=) Resultado Operacional Líquido	369.530,00
(+) Venda de Imobilizado à vista	27.530,00
(-) Custo de Imobilizado Alienado	(41.380,00)
(=) Lucro antes de IR e CSLL	355.680,00
(-) Provisão para IR e CSLL	(22.540,00)
(=) Resultado Líquido do Exercício	333.140,00

De posse do Resultado do Exercício é possível elaborar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto.

Fluxo de Caixa - Método Indireto	
Discriminação	Valor (R\$)
ORIGENS DE RECURSOS FINANCEIROS	
Resultado Líquido do Exercício (DRE)	333.140,00
(+) Depreciações	22.540,00
(+) Despesa com Devedores Duvidosos	6.540,00
(+) Provisão para IR e CSLL	22.540,00
(+) Custo de Imobilizado Alienado	41.380,00
(+) Juros pagos sobre empréstimo para imobilizado	6.200,00
(+) Compras a prazo e diminuição de estoques	366.000,00
(-) Vendas a prazo	(345.250,00)
(-) Alienação de Imobilizado à vista	(27.530,00)
(-) Ganho pela Equivalência Patrimonial – Controladas	(248.000,00)
(=) Lucro Líquido Ajustado	177.560,00
(+) Recebimento de clientes	96.800,00
(+) Duplicatas descontadas	12.000,00
(+) Aumento de Resultado de Exercícios Futuros	18.000,00
(+) Dividendos recebidos de controladas	6.200,00
(+) Recebimento lucros de controladas	124.000,00
(-) Pagamento de fornecedores	(337.000,00)
(-) Impostos pagos no mês	(17.400,00)
(-) Pagamento de seguros antecipados	(7.800,00)
1 - Caixa gerado pelas operações	72.360,00
(+) Alienação de imobilizado à vista	27.530,00
(-) Aquisição de Investimento à vista	(12.200,00)
2 - Caixa gerado pelos Investimentos	15.330,00
(+) Integralização de Capital recebida	17.340,00
(+) Empréstimos líquidos tomados	2.400,00
(-) Juros pagos sobre empréstimo para imobilizado	(6.200,00)
(-) Pagamento de Lucros e Dividendos	(11.400,00)
(-) Pagamento de empréstimos/debêntures	(18.900,00)
3 - Caixa gerado pelos Financiamentos	(16.760,00)
(=) Variação Líquida do caixa no mês (1 + 2 + 3)	70.930,00
(+) Saldo inicial do Disponível	57.420,00
(=) Saldo final do Disponível	128.350,00

Observações e esclarecimentos importantes:

1 – As despesas de depreciação e de provisão para devedores duvidosos, consideradas no cálculo da DRE, não representam desembolsos de disponível, por isso foram adicionadas ao Resultado do Exercício para eliminar os seus efeitos;

2 – A provisão para o IR e CSLL, que foram deduzidas para obter o resultado líquido do exercício, não foi paga. Desta forma, ela foi adicionada ao lucro, visto não ter havido desembolso;

3 – O custo do Ativo Permanente alienado (Imobilizado), deve ser excluído das atividades das operações porque serão analisados nas atividades de investimentos, se representarem efetivos desembolsos;

4 – Os juros pagos sobre empréstimo para imobilizado foram excluídos das atividades operacionais porque devem fazer parte das atividades de financiamentos;

5 – As compras a prazo e diminuição do estoque são valores que fazem parte do CMV e não representam saídas de disponibilidades. O valor apresentado foi encontrado segundo o seguinte cálculo: CMV – Compras à vista;

6 – As vendas a prazo não representam ingressos, por isso foram excluídas do resultado;

7 – A alienação do Ativo Permanente (Imobilizado à vista) será computado nas atividades de Investimentos e a alienação a prazo não representa ingresso de recursos, por esta razão foram eliminados das atividades das operações;

8 – O ganho pela equivalência patrimonial não representa ingresso de recursos de disponível, logo foi excluído. Neste particular, os dividendos e lucros recebidos representam aumento de disponibilidades. Poder-se-ia excluir apenas a variação líquida dos investimentos, mas, com o objetivo de ampliar a evidenciação, preferiu-se excluir todo ganho para depois adicionar os valores recebidos a título de lucros e dividendos para adequar o procedimento aos ditames da Instrução CVM 247/96.

Desta forma, obtivemos o lucro ajustado aos efetivos ingressos e desembolsos de disponibilidades;

9 – O recebimento de clientes, o aumento de REF, o desconto de duplicatas, o recebimento de dividendos e lucros decorrentes da equivalência patrimonial representam ingressos que não fazem parte do resultado do exercício, por isso são adicionados para obter o fluxo líquido gerado pelas atividades das operações;

10 – O pagamento aos fornecedores e impostos relativos a fatos geradores de meses anteriores não foram considerados na DRE, porém representam desembolsos, razão pela qual foram excluídos;

11 – O pagamento de seguros antecipados, que representa um efetivo desembolso no mês, não é despesa e não foi considerado na DRE, em função da adoção do regime de competência, logo deve ser excluído.

Assim, obtivemos as disponibilidades geradas pelas atividades das operações no valor de R\$ 72.360,00;

12 – A alienação do imobilizado à vista representa ingresso e se constitui em atividade de investimento, sendo somado a este grupo;

Desta forma este grupo das atividades de investimentos contribuiu na formação do caixa líquido com o valor de R\$ 15.330,00;

13 – A integralização de Capital recebida e os empréstimos líquidos tomados representam origens de recursos financeiros das operações de financiamento, por isso são somados a esse item;

14 – Os juros pagos sobre empréstimos para aplicação no imobilizado, o pagamento de lucros e dividendos e o pagamento ou reembolso de

empréstimos/debêntures representam aplicações de recursos financeiros na atividade de financiamento.

As atividades de financiamento, desta forma, absorveram recursos financeiros no valor de R\$ 16.760,00.

Fluxo de Caixa - Método Direto	
Discriminação	Valor (R\$)
INGRESSOS DE RECURSOS	
Aumento de Resultado de Exercícios Futuros	18.000,00
Desconto de Duplicatas (realizados no mês)	12.000,00
Dividendos recebidos (controladas)	6.200,00
Recebimento de lucros de controladas	124.000,00
Recebimentos de clientes (cobrança em carteira)	96.800,00
Receita de Aluguéis recebidos	7.400,00
Receitas de Juros recebidos	1.800,00
Juros Recebidos de empréstimos concedidos	6.940,00
Venda à vista de mercadorias e serviços	742.680,00
Compras líquidas à vista	(312.000,00)
Despesas administrativas pagas	(7.800,00)
Despesas com vendas pagas	(6.200,00)
Despesas de Juros pagos	(6.400,00)
Despesas financeiras pagas	(2.720,00)
Devoluções de vendas	(5.200,00)
ICMS sobre vendas (já pago)	(111.300,00)
Pagamento de encargos sociais dos empregados	(21.400,00)
Pagamento de fornecedores	(337.000,00)
Pagamento de Impostos de renda do mês anterior	(17.400,00)
Pagamento de seguros antecipados	(7.800,00)
Pagamentos Salários	(78.560,00)
PIS/COFINS sobre faturamento (já pago)	(29.680,00)
1 - Caixa gerado pelas operações	72.360,00
(+) Alienação de imobilizado à vista	27.530,00
(-) Aquisição de Investimento à vista	(12.200,00)
2 - Caixa gerado pelos Investimentos	15.330,00
(+) Integralização de Capital recebida	17.340,00
(+) Empréstimos líquidos tomados	2.400,00
(-) Juros pagos sobre empréstimo para imobilizado	(6.200,00)
(-) Pagamento de Lucros e Dividendos	(11.400,00)
(-) Pagamento de empréstimos/debêntures	(18.900,00)
3 - Caixa gerado pelos Financiamentos	(16.760,00)
(=) Variação Líquida do caixa no mês (1 + 2 + 3)	70.930,00
(+) Saldo inicial do Disponível	57.420,00
(=) Saldo final do Disponível	128.350,00

Analisando a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto, percebe-se a maneira simples com que ela é elaborada, sendo possível a qualquer pessoa, com conhecimentos elementares em contabilidade, compreendê-la.

Constata-se que os valores finais são idênticos aos encontrados na demonstração pelo método indireto e que a efetiva diferença existente entre esta forma de demonstração com a forma indireta reside nas informações contidas no fluxo das atividades das operações.

No método direto, no fluxo das atividades das operações, são apresentadas todas as contas que interferiram na formação das disponibilidades, ao passo que pelo método indireto não se possui esta informação, visto que se parte do Resultado do Exercício ou período considerado.

Assim, está respondido o quesito 1 do nosso exercício.

Para satisfazer o quesito 2 podemos utilizar dois caminhos diferentes. Um deles, quando dispomos de todos os valores, é adotar o método direto fazendo constar nele os recebimentos líquidos dos clientes no período considerado. O outro modo de obtermos o fluxo de caixa decorrente das vendas de mercadorias e serviços é partir do saldo anterior de clientes ou duplicatas a receber.

Vejamos a demonstração, inicialmente, pelo método direto:

Fluxo de Caixa decorrente de vendas de mercadorias e serviços	
Discriminação	Valor (R\$)
INGRESSOS DE RECURSOS	
Aumento de Resultado de Exercícios Futuros	18.000,00
Desconto de Duplicatas (realizados no mês)	12.000,00
Recebimentos de clientes (cobrança em carteira)	96.800,00
Venda à vista de mercadorias e serviços	742.680,00
(-) Devoluções de vendas	(5.200,00)
(=) Recebimentos líquidos de clientes no período	864.280,00

Pelo outro modo de demonstrar o fluxo de caixa decorrente de vendas de mercadorias e serviços, devemos tomar como referência os valores relativos a clientes (duplicatas a receber, PDD, perdas de crédito) constantes no balanço patrimonial atual e do período imediatamente anterior e das vendas à vista realizadas no período.

Assim, necessitamos os valores a receber de clientes no início do período e no final do período, além dos valores a receber dos clientes é necessário que se tenha os valores da provisão para devedores duvidosos no início do período, o aumento de Resultados de Exercícios Futuros, o valor de duplicatas descontadas, as perdas no recebimento de crédito de clientes que não estavam provisionados e, principalmente, o valor das vendas totais, descontadas de vendas canceladas ou devolvidas.

Assim, se tivéssemos o balanço patrimonial dos dois períodos, isto é, no início de novembro e no final de novembro, teríamos o seguinte segmento de balanço:

Contas	Início	Final
ATIVO		
Duplicatas a receber – clientes	123.650,00	364.860,00
(-) Provisão para devedores duvidosos	(7.240,00)	(6.540,00)
(-) Duplicatas descontadas	-----	(12.000,00)
PASSIVO		
Resultado de Exercícios Futuros	-----	18.000,00

O saldo final de clientes foi obtido com emprego do seguinte raciocínio:

Saldo inicial	R\$	123.650,00
(-) PDD	R\$	(7.240,00)
(-) Recebimentos no período	R\$	(96.800,00)
<u>(+) Vendas a prazo no período</u>	<u>R\$</u>	<u>345.250,00</u>
(=) Saldo final de clientes	R\$	364.860,00

Percebe-se que o valor referente a PDD do início do período foi excluído para apurar o saldo final de clientes, isto se deve ao fato de não haver menção de reversão dessa provisão, presumindo-se, assim, que ela foi utilizada, ou seja, a previsão ou estimativa inicial de que certa quantia dos clientes não seria recebida foi confirmada.

Desta forma, o valor do Fluxo de caixa gerado pelos clientes pode ser representado do seguinte modo:

FLUXO DE CAIXA GERADO PELOS CLIENTES	
Vendas totais	1.087.930,00
(-) Vendas devolvidas	(5.200,00)
(=) Vendas líquidas	1.082.730,00
(+) Clientes (início do período)	123.650,00
(+) Duplicatas descontadas no período	12.000,00
(+) Aumento de REF	18.000,00
(-) Provisão Devedores Duvidosos (início)	(7.240,00)
(-) Clientes (final do período)	(364.860,00)
(=) Ingressos líquidos de caixa de clientes	864.280,00

É interessante notar que adotamos o seguinte critério para determinar os ingressos decorrentes de vendas (clientes):

1 – Soma dos valores que poderiam ter sido recebidos de clientes como as vendas totais, o saldo da conta clientes no início do período, o aumento de REF e os valores referentes a duplicatas descontadas no período.

2 – Subtração das vendas canceladas, devolvidas, clientes no final do período, provisão para devedores duvidosos no início do período e perdas não provisionadas com clientes.

3 – Saldo = (1) – (2).

Atenção!

Nas provas de concursos dispomos, geralmente, apenas dos elementos para apurar os valores recebidos de clientes por este método, ou seja, dispomos dos balanços de dois períodos mais as receitas de vendas do período considerado.

8. ASPECTOS LEGAIS E FISCAIS

A legislação brasileira não exige a Demonstração do Fluxo de Caixa, no entanto prevê que as companhias e por extensão todas as empresas poderão apresentar outros demonstrativos que tragam maior evidência aos demonstrativos obrigatórios ou os complementem.

O art. 176, § 4º da Lei nº 6.404/76, estabelece esta permissibilidade:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício; e

IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.

...

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou **demonstrações contábeis** necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício. (grifou-se).

Para o fisco não há exigência desse demonstrativo. No entanto, ele pode ser útil na análise de solicitação de parcelamentos de débitos bem como meio de verificação para comprovar se as receitas foram efetivamente registradas. Outro aspecto que pode gerar algum interesse para o fisco é o concernente a avaliação da CPMF. Noutro aspecto que ele pode ser extremamente útil é na análise de viabilidade financeira da empresa, principalmente na habilitação para operar no comércio exterior.

9. EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

A fim de facilitar a vida de vocês, resolvemos apresentar a maioria dos exercícios resolvidos desta aula, pois como se trata de assunto novo para a maioria, a solução poderia trazer algumas dúvidas. Ao final, trazemos mais questões propostas.

Desta forma, façam bom proveito!

Dadas as informações a seguir:

I - As Demonstrações Contábeis, de três períodos consecutivos, da CIA. MARACANÃ, registram nas contas abaixo, os seguintes saldos:

SALDOS FINAIS	1999	2000	2001
Vendas	15.000.000	25.000.000	32.000.000
Custo das Mercadorias Vendidas	3.500.000	14.500.000	18.000.000
Despesa c/ Devedores Duvidosos	10.000	12.000	15.000
Clientes	13.000.000	22.000.000	26.000.000
Estoques	30.000	65.000	70.000
PDD	10.000	12.000	15.000
Reversão de PDD	---	---	4.000
Fornecedores	1.450.000	2.600.000	3.900.000
Despesas do Período	3.000.000	4.500.000	5.000.000
Contas a Pagar	220.000	350.000	400.000
Perdas com Clientes	---	8.000	---

II - O Balanço Patrimonial de 1998 evidenciava como saldos finais das contas a seguir os valores:

Estoques	Fornecedores	Clientes	PDD	Contas a Pagar
100.000	1.070.000	3.000.000	3.000	150.000

III - A empresa utilizava Contas a Pagar somente para registrar despesas a prazo.

Com base unicamente nas informações fornecidas, responda às questões de 01 a 04.

01) (AFRF-2002-Esaf) O valor das compras efetuadas pela empresa em 2001 é:

- a) 18.005.000
- b) 17.935.000
- c) 16.705.000
- d) 14.535.000
- e) 13.385.000

SOLUÇÃO:

A solução deste exercício é relativamente simples, basta conhecermos a fórmula de apuração do custo das mercadorias vendidas, senão vejamos:

Para o exercício social de 2001 devemos considerar como estoque inicial o valor do estoque final do exercício social anterior, como de resto para todas as contas patrimoniais. Neste caso temos que o estoque inicial (Ei) foi de R\$ 65.000,00. O estoque final (Ef) é fornecido no próprio balanço encerrado em 2001, cujo valor é de R\$ 70.000,00. Além destes valores, foi fornecido o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV), no valor de R\$ 18.000.000,00.

Assim, partindo do conceito de $CMV = Ei + Co - Ef$, onde Co representam as compras líquidas do período, teremos que Co é a única variável que deve ser encontrada. Logo, substituindo na fórmula os valores já conhecidos, temos:

$$18.000.000,00 = 65.000,00 + Co - 70.000,00$$

$$Co = 18.000.000,00 - 65.000,00 + 70.000,00$$

$$Co = R\$ 18.005.000,00$$

Desta forma, a opção correta é a representada pela alternativa "a".

02) (AFRF-2002-Esaf) O valor de ingresso no Fluxo de Caixa, nos três períodos, proveniente das Vendas é:

	<u>1999</u>	<u>2000</u>	<u>2001</u>
a)	15.000.000	25.000.000	32.000.000
b)	13.000.000	22.002.000	31.998.000
c)	12.997.000	22.000.000	31.992.000
d)	9.007.000	21.992.000	27.988.000
e)	4.997.000	15.982.000	27.992.000

SOLUÇÃO:

Perceba que foi solicitado o ingresso proveniente das vendas, logo a análise há de ser feita em relação ao aumento de disponibilidades geradas pelas vendas, que não precisam ser, necessariamente, as vendas do período considerado!

Vamos analisar o fato ano por ano:

1999:

As vendas efetuadas foram no montante de R\$ 15.000.000,00, entretanto esse valor não foi recebido integralmente, conforme se pode perceber pelo aumento da conta de clientes que passou de R\$ 3.000.000,00 (1998) para 13.000.000,00 (1999). Isto pode ser interpretado da seguinte forma: Os clientes, devedores de 1998, efetuaram os seus pagamentos, e no ano de 1999 foram realizadas vendas a prazo pelo valor de R\$ 13.000.000,00.

Somente por esse fato poderíamos dizer que houve o ingresso de R\$ 5.000.000,00. Mas, não podemos nos esquecer que dos clientes devedores de 1998 não foram recebidos R\$ 3.000,00 referentes a PDD.

Assim, o valor efetivamente recebido em 1999, decorrente de vendas, foi de R\$ 4.997.000,00, discriminados ou demonstrados da seguinte forma:

Vendas no período	=	R\$ 15.000.000,00
(+) Clientes (1998)	=	R\$ 3.000.000,00
(-) Clientes (1999)	=	R\$ 13.000.000,00
<u>(-) PDD (1998)</u>	=	<u>R\$ 3.000,00</u>
Total Recebido	=	R\$ 4.997.000,00

É de se anotar, ainda, que a soma das vendas no período com valores a receber de clientes do período anterior representa o valor passível de recebimento, considerando-se para tanto que as vendas tivessem sido realizadas à vista e que os clientes pagariam, integralmente, seus compromissos, ou seja, haveria a necessidade de reverter a PDD constituída no período anterior. Porém, como não houve reversão da PDD do período anterior e as vendas não foram todas à vista, os seus saldos devem ser deduzidos dos valores passíveis de recebimento, cujo resultado representa o efetivo ingresso de recursos decorrentes de vendas.

2000:

Seguiremos praticamente o mesmo raciocínio adotado para o ano anterior. No entanto devemos atentar ao fato de que neste ano foi baixado o valor de R\$ 8.000 referentes a perdas

com clientes. Tecnicamente isto quer dizer que, além da PDD que não foi suficiente, a quantia de R\$ 8.000,00 não foi recebida dos clientes.

Desta forma, podemos elaborar o seguinte demonstrativo:

Vendas no período	=	R\$ 25.000.000,00
(+) Clientes (1999)	=	R\$ 13.000.000,00
(-) Clientes (2000)	=	R\$ 22.000.000,00
(-) PDD (1999)	=	R\$ 10.000,00
<u>(-) Perdas (2000)</u>	=	<u>R\$ 8.000,00</u>
Total recebido	=	R\$ 15.982.000,00

2001:

Agora já podemos ir diretamente ao demonstrativo, pois as explicações relativas aos exercícios sociais anteriores são também aplicadas aqui, com a ressalva de que neste exercício houve uma reversão de provisão no valor de R\$ 4.000,00, cujo valor deverá ser subtraído de PDD do período anterior.

Vendas no período	=	R\$ 32.000.000,00
(+) Clientes (1999)	=	R\$ 22.000.000,00
(-) Clientes (2000)	=	R\$ 26.000.000,00
(-) PDD (1999)	=	R\$ 12.000,00
<u>(+) Reversão PDD</u>	=	<u>R\$ 4.000,00</u>
Total recebido	=	R\$ 27.992.000,00

Assim, a resposta correta está contemplada na alternativa de letra "e".

03) (**AFRF-2002-Esaf**) Se 10% das Despesas do ano de 2000 representarem valores ligados a itens provisionados, pode-se afirmar que o valor das saídas de caixa decorrentes de pagamento de despesas é:

- a) 3.700.000
- b) 3.920.000
- c) 4.150.000
- d) 4.500.000
- e) 4.720.000

SOLUÇÃO:

Conforme o saldo apresentado em despesas, para o ano de 2000, tem-se que o seu total foi de R\$ 4.500.000,00. Nos é fornecida a informação que 10% delas foram provisionados, isto quer dizer que os valores provisionados ainda não foram pagos, logo não houve desembolso ou diminuição das disponibilidades no valor de R\$ 450.000,00.

Outra informação que merece ser analisada diz respeito a contas a pagar, visto que elas não representam um provisionamento de despesas, mas sim o seu reconhecimento ou a sua apropriação. Percebe-se que nesta rubrica houve um aumento de R\$ 130.000,00 do ano de 1999 para o ano de 2000, logo devemos deduzir também este valor do total de despesas para apurar o efetivo descaixe pelo pagamento de despesas.

Assim, teremos o seguinte demonstrativo do desembolso por pagamento de despesas:

Despesas do período	R\$ 4.500.000,00
(-) Despesas provisionadas	R\$ 450.000,00
<u>(-) Despesas a pagar</u>	<u>R\$ 130.000,00</u>
Total desembolsado por despesas	R\$ 3.920.000,00

Desta forma, a resposta correta é a representada pela letra "b".

Interessante enfatizar que, se no lugar de haver aumento de contas a pagar tivesse havido diminuição, a diferença teria de ser adicionada as despesas do período na apuração do despesa.

04) (**AFRF-2002-Esaf**) No período de 2000 os pagamentos efetuados pela empresa aos fornecedores foram no valor de:

- a) 18.005.000
- b) 17.935.000
- c) 16.705.000
- d) 14.535.000
- e) 13.385.000

SOLUÇÃO:

Para apurarmos os pagamentos efetuados aos fornecedores precisamos saber, inicialmente, o valor das compras.

Partindo do mesmo raciocínio empregado na solução da questão 01, teremos:

Para o exercício social de 2000 devemos considerar como estoque inicial o valor do estoque final do exercício social anterior. Assim, o estoque inicial (Ei) foi de R\$ 30.000,00. O estoque final (Ef) é fornecido no próprio balanço encerrado em 2000, cujo valor é de R\$ 65.000,00. Além destes valores, foi fornecido o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV), no valor de R\$ 14.500.000,00.

Portanto, partindo do conceito de $CMV = Ei + Co - Ef$, onde Co representam as compras líquidas do período, teremos que Co é a única variável que deve ser encontrada. Logo, substituindo na fórmula os valores já conhecidos, temos:

$$14.500.000,00 = 30.000,00 + Co - 65.000,00$$

$$Co = 14.500.000,00 - 30.000,00 + 65.000,00$$

$$Co = R\$ 14.535.000,00$$

Uma vez conhecido o valor total de compras, resta-nos verificar os pagamentos efetuados aos fornecedores e, para tanto, devemos analisar a conta Fornecedores.

Na análise desta conta, devemos entender o seguinte: se houve aumento no seu saldo de um período anterior para o de análise, então nem todas as compras do período foram pagas; se houve diminuição no seu saldo, então no período, além do pagamento de todas as compras foram pagas compras do período anterior, ou então, foram pagas contas do período anterior em valor maior do que as não pagas do período atual.

Desta forma, constatado que no exercício em análise houve aumento no saldo de fornecedores e para bem estruturar uma demonstração do desembolso ocorrido pelo pagamento a Fornecedores, partimos do princípio que poderiam ser pagos todos os valores devidos de exercícios anteriores mais as compras realizadas no período. Do montante assim obtido, subtrai-se a quantia não paga:

Compras do período	R\$ 14.535.000,00
(+) Fornecedores (1999)	R\$ 1.450.000,00
(-) Fornecedores (2000)	R\$ 2.600.000,00
Total de desembolso	R\$ 13.385.000,00

Desta forma, a resposta correta é a representada pela letra “e”.

05) (**AFRF-2002-Esaf**) Das operações listadas a seguir, indique aquela que não tem como consequência alteração nas disponibilidades.

- a) diminuições de financiamentos por amortizações
- b) novos investimentos de longo prazo
- c) aumento de imobilizados por reavaliações
- d) créditos concedidos a coligadas e controladas
- e) operações com debêntures conversíveis em ações

SOLUÇÃO:

A forma usual de amortizar financiamentos é pelo pagamento, logo o fato da alternativa “a” gera alteração de disponibilidades, diminuindo-as.

A contratação de novos empréstimos e financiamentos, tanto a curto ou a longo prazo, aumenta as disponibilidades pelo ingresso dos recursos em Caixa ou Bancos. Assim, a alternativa “b” também está incorreta, por alterar as disponibilidades.

A reavaliação de ativos merece um lançamento a débito na conta do bem reavaliado (Ativo Imobilizado) e crédito na conta de reserva de reavaliação (Patrimônio Líquido). Desta forma, haverá aumento do PL, no entanto não há ingresso de recursos em disponibilidades. Assim, a alternativa “c” representa a opção que não altera as disponibilidades, sendo, portanto, a alternativa correta.

Os créditos concedidos a controladas e coligadas terão como contrapartida uma conta de disponibilidades, que será creditada, diminuindo o seu saldo. A alternativa “d” está incorreta.

As operações com debêntures representam a contratação de empréstimo, geralmente a longo prazo, havendo ingresso de recursos financeiros em disponibilidades. Logo a alternativa “e” também está errada.

06) (**AFRF-2002-2-Esaf**) A composição da diferença entre o Lucro Contábil com o Fluxo de Caixa Operacional Líquido é evidenciada:

- a) na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.
- b) no Fluxo de Caixa Indireto.
- c) na Demonstração de Resultados.
- d) no fluxo gerado por Investimentos.
- e) na composição dos financiamentos de Caixa.

SOLUÇÃO:

Note que no texto, quando definimos o fluxo de caixa pelo método direto, falamos que pelo método direto da DFC, no fluxo das atividades operacionais, são apresentados os ingressos e as saídas no disponível em lugar do resultado do exercício ajustado que é utilizado na demonstração do método indireto. Isto responde a questão, pois pelo método indireto de apresentação da DFC partimos, efetivamente, do resultado do exercício e o ajustamos por receitas e despesas operacionais que não representaram ingressos e saídas de disponibilidades. Logo, a resposta correta é a letra “b”.

07- (**AFRF-2002-2-Esaf**) O valor de resgate referente a aplicações financeiras de longo

prazo é classificado no Fluxo de Caixa como item:

- a) de Empreendimentos
- b) de Financiamentos
- c) de Operações
- d) de Amortizações
- e) de Investimentos

SOLUÇÃO:

Conforme definimos no texto, no item 3, as **atividades de investimentos** compreendem as transações com os **ativos financeiros**, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objeto social da Entidade. As atividades de investimentos não compreendem a aquisição de ativos com o objetivo de revenda.

Desta forma, o resgate de empréstimos de curto e longo prazo serão demonstradas na DFC no grupo Atividades de Investimentos, pois se constituem em ativos financeiros. Logo a resposta correta é a letra “e”.

Das demonstrações contábeis da Cia. Azulão foram extraídas as contas abaixo com os seus respectivos saldos:

Contas	Período	
	2000	2001
Fornecedores	23.000	32.000
CMV	800.000	1.300.000
Compras	750.000	1.200.000
Vendas	2.500.000	6.500.000
Despesas Antecipadas	15.000	240.000
Despesas Totais do Período	1.200.000	4.000.000
Depreciação do Período	320.000	540.000

Tomando como base os dados fornecidos, responda às questões de nº 08 a 10.

08) (AFRF-2002-2-Esaf) O valor pago pelas compras no ano de 2001 foi:

- a) 1.300.000
- b) 1.200.000
- c) 1.191.000
- d) 1.101.000
- e) 1.091.000

SOLUÇÃO:

O valor total das compras no período foi de R\$ 1.200.000,00. Porém, o valor que poderia ter sido pago no período pelas compras é aquele valor das compras realizadas durante o período atual mais o saldo das compras do período anterior que não foram pagas, representadas pela conta Fornecedores. Na mesma linha de raciocínio, devemos excluir, do valor total que poderia ser pago no período, o valor de compras realizadas a prazo. Então, em forma de demonstrativo, teremos o seguinte valor pago pelas compras em 2001:

Compras do período	= R\$ 1.200.000,00
(+) Fornecedores (2000)	= R\$ 23.000,00
= Total pagável em 2001	= R\$ 1.223.000,00
(-) Fornecedores em 2001	= R\$ (32.000,00)
= Total compras pagas em 2001	= R\$ 1.191.000,00

Assim, a resposta correta é a representada pela letra “c”.

- 09) (**AFRF-2002-2/Esaf**) Se o valor do estoque final for 90.000, o estoque inicial será:
- 190.000
 - 180.000
 - 120.000
 - 100.000
 - 90.000

SOLUÇÃO:

A solução deste exercício é semelhante a do exercício 01, ou seja, devemos aplicar os conceitos envolvendo o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV).

O CMV, matematicamente, é obtido pela aplicação da seguinte fórmula: $CMV = Ei + Co - Ef$.

Ora, das quatro variáveis envolvidas na fórmula possuímos três, ou seja, nos foi fornecido o valor do CMV, Co e o Ef.

Desta forma, basta substituir os valores das variáveis na fórmula e apurar o valor do Ei:

$$1.300.000,00 = Ei + 1.200.000,00 - 90.000,00$$

$$Ei = 1.300.000,00 + 90.000,00 - 1.200.000,00$$

$$Ei = R\$ 190.000,00$$

Desta forma, a opção correta é a representada pela alternativa "a".

- 10) (**AFRF-2002-2/Esaf**) Considerando que o Passivo Circulante da empresa era formado unicamente pela rubrica fornecedores e o Balanço Patrimonial não evidenciava a existência de Realizável a Longo Prazo, pode-se afirmar que o valor das Despesas pagas no período é:
- 3.220.000
 - 3.445.000
 - 3.460.000
 - 3.685.000
 - 4.000.000

SOLUÇÃO:

A evidenciação e o entendimento das despesas pagas no período vai além do conceito de despesas do período, pois houve o pagamento de despesas antecipadas no período e que se referem a despesas do período seguinte, visto que foi informado não haver realizável a longo prazo.

Outro aspecto a ser considerado é que a depreciação é conta de despesa e sobre a qual não houve desembolso, logo o seu valor está dentro do montante de despesas do período e deve ser excluído para apurar o valor da despesa paga.

Ainda, sob o mesmo ponto de vista, as despesas antecipadas do período anterior estão dentro do valor das despesas totais do período, mas já foram pagas antecipadamente, logo sua exclusão é requerida na apuração do valor das despesas pagas no período. Perceba que se fosse argüido sobre o valor das despesas do período, então o valor das despesas antecipadas do período anterior seriam adicionadas às despesas do período, ao passo que as pagas antecipadamente no período em análise seriam excluídas.

Assim, em forma de demonstração, teremos:

Despesas totais do período	= R\$ 4.000.000,00
(+) Despesas antecipadas (2001)	= R\$ 240.000,00
(-) Despesas antecipadas (2000)	= R\$ 15.000,00
<u>(-) Depreciação do período</u>	<u>= R\$ 540.000,00</u>
= Total de despesas pagas em 2001	= R\$ 3.685.000,00

Desta forma, a opção correta é a representada pela alternativa “d”.

Dados da Cia. Comercial Santarém:

1 – Balanço Patrimonial de	19x8	e	19x9
	19x8		19x9
Disponibilidades	2.000		4.000
Estoques	6.500		4.000
Clientes	25.000		42.000
Prov. p/Devedores Duvidosos	(250)		(300)
Duplicatas Descontadas	(8.750)		(6.200)
Participações Societárias	10.000		12.000
Terrenos	15.000		15.000
Bens de Uso	13.000		18.000
Depreciações Acumuladas	(2.000)		(3.500)
Total Ativo	60.500		85.000
C/ a Pagar	5.000		7.000
Fornecedores	10.000		13.500
Provisão p/ Imposto de Renda	1.000		2.000
Dividendos a Pagar	1.000		3.500
Empréstimos de L. Prazo	10.000		16.000
Capital Social	30.000		40.000
Reservas de Lucros	500		1.000
Lucros Prejuízos Acumulados	3.000		2.000
Total P+PL	60.500		85.000

2 – Demonstração do Resultado dos Exercícios de 19x8 e 19x9

	19x8	19x9
Vendas	160.000	300.000
CMV	(80.000)	(180.000)
Resultado Bruto Operacional	80.000	120.000
Despesas Administrativas	(49.700)	(70.000)
Depreciação	(1.000)	(1.500)
Devedores Duvidosos	(250)	(300)
Despesas Financeiras	(3.750)	(8.700)
Despesas de Vendas	(19.800)	(31.500)
Resultado Antes do Imp. de Renda	5.500	8.000
Provisão p/ Imposto de Renda	(1.000)	(2.000)
Resultado Líquido do Exercício	4.500	6.000

3 – Outras informações:

Do resultado de 19x9 foram destinados: 3.500 para os acionistas e 500 para Reservas de Lucros.

Tomando como base apenas os dados acima fornecidos, responder as questões de nºs 11 a 17 a seguir:

11) SERPRO/2001-ESAF - O valor do Ativo Circulante em 19x9 é:

- 50.000
- 46.000
- 43.500
- 36.500
- 24.000

SOLUÇÃO:

O ativo circulante do período solicitado é obtido diretamente no Balanço de 19x9

Contas	19x9
Disponibilidades	4.000
Estoques	4.000
Clientes	42.000
Prov. p/Devedores Duvidosos	(300)
Duplicatas Descontadas	(6.200)
Total	43.500,00

Logo, a resposta correta é a representada pela letra "c".

12) SERPRO/2001-ESAF - O valor do Passivo Não Circulante para as dois períodos é:

- | | 19x8 | 19x9 |
|----|--------|--------|
| a) | 43.500 | 59.000 |
| b) | 41.500 | 43.500 |
| c) | 36.000 | 40.500 |
| d) | 24.500 | 29.500 |
| e) | 17.000 | 26.000 |

SOLUÇÃO:

O parágrafo segundo do art. 178 da Lei nº 6.404/76, dispõe que:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

...

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

- a) passivo circulante;*
- b) passivo exigível a longo prazo;*
- c) resultados de exercícios futuros;*
- d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados.*

Desta forma, segundo a lei, o passivo compreende o PC, PELP, REF e o PL. Logo, para resolvermos o nosso exercício devemos considerar essa disposição legal.

Contas	19x8	19x9
Empréstimos de L. Prazo	10.000	16.000
Capital Social	30.000	40.000
Reservas de Lucros	500	1.000
Lucros Prejuízos Acumulados	3.000	2.000
Total	43.500	59.000

Desta forma, a resposta correta está representada pela letra "a".

13) SERPRO/2001-ESAF - O Capital Circulante Líquido nos dois períodos é:

	19x8	19x9
a)	(17.500)	26.000
b)	17.500	(26.000)
c)	10.000	(24.500)
d)	(7.500)	17.500
e)	7.500	17.500

SOLUÇÃO:

O Capital Circulante Líquido é definido como sendo a diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, cuja interpretação que se deve dar ao resultado é que ele será positivo quando o ativo circulante supera o passivo circulante e será negativo quando o passivo circulante for maior que o ativo circulante.

Ativo Circulante	19x8	19x9
Disponibilidades	2.000	4.000
Estoques	6.500	4.000
Clientes	25.000	42.000
Prov. p/Devedores Duvidosos	(250)	(300)
Duplicatas Descontadas	(8.750)	(6.200)
Total	24.500	43.500

Passivo Circulante	19x8	19x9
C/ a Pagar	5.000	7.000
Fornecedores	10.000	13.500
Provisão p/ Imposto de Renda	1.000	2.000
Dividendos a Pagar	1.000	3.500
Total P+PL	17.000	26.000

Capital Circulante Líquido	19x8	19x9
Ativo Circulante	24.500	43.500
(-) Passivo Circulante	(17.000)	(26.000)
CCL	7.500	17.500

Desta forma, a resposta correta é a letra "e".

14) SERPRO/2001-ESAF - O valor das compras de mercadorias efetuadas em 19x9 é:

- a) 180.000
- b) 177.500
- c) 177.000
- d) 173.500
- e) 173.000

SOLUÇÃO:

A solução desta questão começa pelo conhecimento do Custo das Mercadorias Vendidas (CMV), cujo valor fornecido é de R\$ 180.000,00. Os outros componentes do CMV como estoque inicial e estoque final também foram informados. O estoque inicial representa o estoque de mercadorias no final do período de 19x8, cujo valor é de R\$ 6.500,00. O estoque final é o próprio estoque de mercadorias constante no Balanço do exercício de 19x9, com valor de R\$ 4.000,00.

Como o $CMV = Ei + Co - Ef$, teremos:

$$180.000,00 = 6.500,00 + Co - 4.000,00, \text{ logo}$$

$$Co = 180.000,00 - 6.500,00 + 4.000,00$$

$$Co = \mathbf{177.500,00}$$

Assim, a resposta correta é a letra **“b”**.

15) SERPRO/2001-ESAF - Com base unicamente nos dados fornecidos pode-se identificar que:

- a) foi efetuado um pagamento de dividendos na ordem de 3.500
- b) a Liquidez Imediata apresenta uma acentuada queda em 19x9
- c) ocorreram perdas com clientes na ordem de 300 em 19x8
- d) houve um aumento de capital com aporte de recursos dos sócios
- e) as atividades de investimento geraram um aumento nas disponibilidades

SOLUÇÃO:

Conforme se depreende da análise dos Balanços de 19x8 e 19x9, havia dividendos a pagar no final de 19x8 no valor de 1.000,00 e no final de 19x9 no valor de 3.500. Como no exercício de 19x9 foi destinado o valor de 3.500,00 a título de dividendos, é de se concluir que o dividendo total distribuído foi de, no mínimo, 4.500,00. Logo a alternativa **“a”** está **errada**.

O índice de liquidez imediata representa o quociente entre as disponibilidades e o passivo circulante. Assim, o índice, em 19x8, era de $2.000,00/17.000,00 = 0,1176$ ou $1/8,5$. No exercício de 19x9 o mesmo índice apresenta o valor de $4.000,00/26.000,00 = 0,1538$ ou $1/6,5$. Ora, $1/6,5$ é maior do que $1/8,5$, logo o índice cresceu e a alternativa **“b”** está **errada**.

A PDD constituída em 19x8 foi de 250,00. Não foi informado que houve reversão de parte ou de toda essa provisão e tampouco que houve alguma baixa da conta clientes por perdas, logo a perda com devedores duvidosos no exercício social de 19x8 foi de apenas 250,00. Assim, a alternativa **“c”** está **errada**.

No exercício social de 19x9 houve um aumento do capital social na ordem de 10.000,00. Analisando a origem desse aumento, constata-se que 1.000,00 vieram de lucros acumulados e os outros 9.000,00 vieram de recursos externos, isto é, dos sócios. Logo a alternativa **“d”** está correta.

As atividades de investimento compreendem os seguintes valores:

Alienação de imobilizado

(+) Alienação de investimentos

(+) Resgate de investimentos temporários

(-) Integralização de capital em sociedade investida

(-) Aquisição de imobilizado

(-) Aquisição de investimentos

(-) Aplicação no Diferido

Se apurarmos os valores, percebe-se que os investimentos absorveram recursos de disponibilidades, pois não houve alienação de Ativo Permanente. Houve, isto sim, aquisição de Permanente. Logo a alternativa **“e”** está **errada**.

16) SERPRO/2001-ESAF - Em 19x9 o valor dos ingressos de disponibilidades originados por vendas é:

- a) 300.000
- b) 296.500
- c) 283.200
- d) 280.200
- e) 280.000

SOLUÇÃO:

Seguiremos o emprego do mesmo raciocínio adotado para questões anteriores.

Desta forma, podemos elaborar o seguinte demonstrativo:

Vendas no período	=	R\$ 300.000
(+) Clientes (19x8)	=	R\$ 25.000
(-) Clientes (19x9)	=	R\$ 42.000
(-) PDD (19x8)	=	R\$ 250
(-) Dup. Desc. (19x8)	=	R\$ 8.750
<u>(+) Dup. Desc. (19x9)</u>	<u>=</u>	<u>R\$ 6.200</u>
Total recebido	=	R\$ 280.200

Logo a alternativa correta é a letra “**d**”.

17) SERPRO/2001-ESAF - O valor apurado, em 19x9, como pagamento de Despesas, no Fluxo de Caixa pelo Método Direto é:

- a) 173.500
- b) 173.200
- c) 108.200
- d) 78.200
- e) 68.000

SOLUÇÃO:

As despesas pagas, em 19x9, podem ser apuradas basicamente pela DRE, devendo-se ter o cuidado de excluir os valores que não representam saídas de disponibilidades como depreciação e devedores duvidosos. Outro aspecto que merece atenção é o aumento em contas a pagar de R\$ 2.000,00.

Assim, teremos o seguinte demonstrativo de despesas pagas em 19x9:

Despesas administrativas	70.000
Despesas financeiras	8.700
Despesas de vendas	31.500
<u>(-) Aumento de c/ a pagar</u>	<u>(2.000)</u>
Total =	108.200

Desta forma, a resposta correta é a letra “**c**”.

10. EXERCÍCIOS PROPOSTOS

Instruções para resolução das questões de n^{os} 01 a 07.

Em uma operação de verificação dos livros contábeis, realizada na Cia. Luanda, foi possível identificar os seguintes dados:

I - O Balanço Patrimonial dos exercícios 20x1 e 20x2

CONTAS DO ATIVO	20x1	20x2
Disponibilidades	8.000	6.000
Clientes	12.000	22.500
(-) Prov. p/ Créditos de Liq. Duvidosa	(300)	(800)
Estoques	2.000	6.500
Participações Societárias	5.300	5.300
Imóveis	12.000	12.000
Equipamentos	15.000	20.000
Veículos	20.000	20.000
(-) Depreciação Acumulada	(2.000)	(7.500)
TOTAL DO ATIVO	72.000	84.000

CONTAS DO PASSIVO+PL	20x1	20x2
Contas a Pagar	1.000	4.000
Fornecedores	9.000	6.000
Dividendos a Pagar	----	3.000
Impostos Provisionados	1.000	2.000
Notas Promissórias a Pagar	10.000	----
Financiamentos de Longo Prazo	16.000	22.000
Capital Social	30.000	40.000
Reservas de Lucros	4.000	0
Lucros/Prejuízos Acumulados	1.000	7.000
TOTAL DO PASSIVO+PL	72.000	84.000

II - A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS/ PRE-JUÍZOS AC.	TOTAL
Saldo em 31.12.20x1	30.000	4.000	1.000	35.000
Transferências p/Capital	4.000	(4.000)		0
Novas Subscrições				
Incorporação do Resultado Líquido 20x2			9.000	9.000
Distribuição do Resultado				0
Dividendos			(3.000)	(3.000)
Saldo em 31.12.20x2	40.000	0	7.000	47.000

III - Itens da Demonstração de Resultado do Exercício

Itens Adicionais	20x1	20x2
Vendas	100.000	152.000
CMV	64.000	82.000
Despesas totais do período	34.000	59.000
Resultado antes do IR	2.000	11.000
Variações Cambiais Passivas	----	6.000

Despesas de Depreciações	2.000	5.500
Provisão p/ pagamento do Imposto de Renda	1.000	2.000
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	300	800

IV - Outras informações adicionais

- . As Notas Promissórias vencem em 180 dias.
- . Os financiamentos foram contratados junto ao Banco ABC em 30.12.20x1 pelo prazo de 8 anos, com carência de 3 anos e juros de 5% anuais, pagáveis ao final de cada período contábil. O saldo devedor é corrigido pela variação da moeda x, com pagamento do principal em 5 parcelas anuais após o período de carência.

Com base unicamente nos dados fornecidos, responder às questões de números 01 a 07.

01) (AFRF-2003) O valor dos ingressos de caixa gerado pelas vendas no período examinado foi:

- a) 159.500
- b) 150.000
- c) 141.200
- d) 139.500
- e) 139.200

02) (AFRF-2003) Examinando os dados, verifica-se que a empresa pagou aos fornecedores o valor de:

- a) 89.500
- b) 86.500
- c) 85.000
- d) 82.000
- e) 75.500

03) (AFRF-2003) Com base nos dados identificados, pode-se afirmar que a saída de caixa para o pagamento de despesas foi:

- a) 52.700
- b) 50.700
- c) 44.700
- d) 45.500
- e) 43.700

04) (AFRF-2003) No período a empresa efetuou compras de estoques no valor de:

- a) 89.500
- b) 86.500
- c) 85.000
- d) 82.000
- e) 75.500

05) (AFRF-2003) Com os dados fornecidos e aplicando o método indireto para elaborar o fluxo de caixa, pode-se afirmar que a contribuição do resultado ajustado para a formação das disponibilidades é:

- a) 21.300
- b) 12.000
- c) 17.500
- d) 20.500
- e) 6.000

06) (AFRF-2003) O valor dos itens de Investimentos que contribuíram para a variação das disponibilidades é:

- a) (5.500)
- b) (5.000)
- c) (500)
- d) 5.000
- e) 5.500

07) (AFRF-2003) O valor do caixa líquido consumido nas atividades operacionais é:

- a) (9.300)
- b) (8.000)
- c) (3.000)
- d) 7.000
- e) 9.000

08) (AFRF-2003) Representam operações que não afetam o fluxo de caixa:

- a) recebimento por doação de terrenos e depreciações lançadas no período.
- b) aquisição de bens não de uso e quitação de contrato de mútuo.
- c) alienação de participações societárias e depreciações lançadas no período.
- d) amortizações efetuadas no período de diferidos e venda de ações emitidas.
- e) repasse de recursos para empresas coligadas e aquisição de bens.

09) (AFRF-2003) Na elaboração do fluxo de caixa são classificáveis como atividade de financiamento:

- a) desembolso por empréstimos concedidos a empresas coligadas e controladas.
- b) aquisição de máquinas, veículos ou equipamentos através de contrato de arrendamento mercantil.
- c) recebimento de contribuições de caráter permanente para aquisição de terrenos para expansão da capacidade instalada da empresa.
- d) venda de ações emitidas e recebimento de valores decorrentes da alienação de participações societárias.
- e) recebimento de juros sobre empréstimos concedidos a outras empresas.

Nas questões de números 10 a 45, marque C (certo) ou E (errado).

10) (INSS-CESPE-2003) A demonstração do fluxo de caixa objetiva destacar as principais atividades que, direta ou indiretamente, causam impacto no fluxo de caixa e, portanto, influenciam o saldo geral de caixa. Divide-se, formalmente, em duas seções: atividades operacionais e atividades não operacionais.

11) (INSS-CESPE-2003) O fluxo de caixa pode ser demonstrado pelos métodos direto ou indireto. Enquanto o primeiro, partindo da receita de vendas, reconstrói a demonstração de resultado de exercício de cima a baixo quanto ao fluxo de caixa, a fim de determinar o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, o segundo método, também conhecido como método da reconciliação, parte do lucro líquido e, por meio de remoção de quaisquer itens que não afetem o fluxo de caixa, ajusta-se para o regime de caixa. O método indireto é considerado mais vantajoso do que o método direto por que evidencia as eventuais diferenças entre o lucro líquido e o dinheiro líquido gerado nas atividades operacionais.

12) (PETROBRAS-CESPE-2004) As normas complementares tornaram obrigatória, para todas as empresas sob a égide da legislação societária, a divulgação da demonstração dos fluxos de caixa (DFC), que objetiva mostrar como ocorreram as movimentações de disponibilidades durante determinado período. Em alguns países, a DFC já substituiu a DOAR por ser de mais utilidade e facilidade de entendimento para os usuários.

- 13) **(PETROBRAS-CESPE-2004)** A demonstração de fluxo de caixa pelo método direto é elaborada a partir do lucro líquido ajustado para o regime de caixa. Os valores que afetam o fluxo de caixa são removidos diretamente do lucro líquido, obtendo-se, por essa via, o dinheiro líquido gerado pelas atividades operacionais.
- 14) **(PETROBRAS-CESPE-2004)** O método direto, que é recomendado e incentivado pelo FASB (Financial Accounting Standards Boards) – Conselho de Padrões de Contabilidade Financeira norte-americano para fins de divulgação externa - , é mais vantajoso que o indireto, uma vez que evidencia as eventuais diferenças entre o lucro líquido e o dinheiro líquido gerados pelas atividades operacionais no período.
- 15) **(PETROBRAS-CESPE-2004)** O objetivo da demonstração de fluxo de caixa é destacar as principais atividades que, direta ou indiretamente, causam impacto no mesmo e, assim, influenciam o saldo geral de caixa. Caixa é utilizado em sentido amplo, ou seja, devem ser considerados não apenas o dinheiro em espécie mas também os demais ativos equivalentes de caixa que possuam liquidez imediata.
- 16) A Lei nº 10.303/01, ao alterar a Lei nº 6.404/76, tornou obrigatória a DFC para as companhias abertas que tenham suas ações negociadas no mercado secundário, cuja divulgação deve ser auditada por auditor independente registrado na CVM.
- 17) Por disponibilidades entende-se o dinheiro em caixa, os valores depositados em conta corrente bancária e as aplicações de liquidez imediata, sendo que às últimas dá-se a denominação de equivalentes de caixa.
- 18) O fluxo de caixa projetado ganha ênfase quando o objetivo da empresa é o planejamento a curto e médio prazos.
- 19) O fluxo de caixa realizado, quando elaborado por diversos períodos sucessivos, além da função do controle orçamentário, permite análise de tendência, sendo, portanto, ferramenta importante para a elaboração do fluxo de caixa projetado.
- 20) O moderno administrador de empresas pode planejar seus pagamentos e terá em suas mãos a programação financeira a longo prazo se elaborar o fluxo de caixa projetado. No entanto, a programação financeira a curto prazo somente será obtida se elaborar o fluxo de caixa realizado.
- 21) A DFC evidencia as origens e aplicações de recursos que alteram o disponível ao passo que a DOAR evidencia as origens e aplicações de recursos que alteram o capital circulante líquido.
- 22) O fluxo de caixa pode ser apresentado pelo método direto ou indireto. Em ambos os métodos de apresentação ou elaboração, recomenda-se a segmentação por atividades por haver melhor compreensão do seu conteúdo.
- 23) As atividades operacionais compreendem as transações que envolvem a consecução do objeto social da Entidade.
- 24) As atividades de investimentos compreendem as transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras empresas e de ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objeto social da Entidade.
- 25) Entre as atividades de financiamentos temos a captação de recursos junto aos acionistas ou cotistas e seu retorno em forma de lucros ou dividendos, a captação de empréstimos ou outros recursos, sua amortização e remuneração, bem como o recebimento de doações ou subvenções.

- 26)** Quando, pela sua natureza, pagamentos e recebimentos pareçam ser classificáveis tanto nas atividades operacionais, nas atividades de investimentos ou nas atividades de financiamentos, deve-se levar em conta a atividade preponderante da Entidade para a correta classificação da atividade no fluxo de caixa.
- 27)** A aquisição ou alienação de imóveis é considerada atividade de investimento, independentemente do objeto social da Entidade.
- 28)** As informações sobre atividades de investimentos e de financiamentos que resultarem em reconhecimento de um ativo ou de um passivo, sem o efetivo pagamento ou recebimento, como o reconhecimento de variações cambiais ativas e passivas, não devem fazer parte da DFC.
- 29)** A conciliação entre o resultado e o fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais visa fornecer informações sobre os efeitos líquidos das transações operacionais e de outros eventos que afetam o resultado.
- 30)** As informações contidas numa demonstração dos fluxos de caixa, quando elaborada criteriosamente, substituem com vantagens as demais demonstrações contábeis, dispensando-se, neste caso, a sua elaboração e divulgação.
- 31)** A par de a DFC não ser de elaboração obrigatória, a doutrina ainda não está pacífica sobre qual é o método mais vantajoso, havendo aqueles que apontam o método direto como o mais recomendado e outros vêem vantagens no método indireto.
- 32)** Um das vantagens atribuídas ao método indireto é a possibilidade de comparação do resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais, a partir do lucro líquido ajustado.
- 33)** Na elaboração da DFC pelo método indireto parte-se do resultado do exercício que deve ser ajustado mediante adição das despesas que não representaram saídas de caixa e diminuído das receitas que não geraram ingressos de recursos em disponibilidades.
- 34)** O aumento de contas a pagar como: Salários, Aluguéis, Telefone, etc., ficam excluídos do resultado ajustado, devendo ser considerados apenas os resultados de exercícios futuros e as depreciações no lucro ajustado.
- 35)** Na DFC, pelo método direto, tem-se como vantagem a possibilidade de visualizar o item de maior contribuição para a formação do caixa líquido.
- 36)** O recebimento de duplicatas de emissão da Entidade, contribui para o aumento do caixa líquido do período, mesmo que as vendas tenham sido realizadas no período anterior.
- 37)** Além dos valores recebidos de clientes, incluem-se nas atividades operacionais os recebimentos de dividendos e lucros de subsidiárias.
- 38)** Numa empresa que possui como objeto social a incorporação imobiliária, a venda de imóveis a prazo será lançada na DFC como atividade operacional.
- 39)** O aumento ou a redução do PL que possua correspondência em disponibilidades e que não esteja incluído no resultado do período considerado, deve ser apresentado na DFC como atividade de financiamento.

- 40) O caixa gerado pelas vendas em dado período deve considerar a diminuição do saldo da conta clientes do período anterior e o aumento do saldo da conta clientes do período atual, bem como o valor da PDD constituída no final do período atual.
- 41) O fluxo de caixa gerado pelo aumento de resultados de exercícios futuros somente deve ser reconhecido como disponibilidade com a ocorrência do fato gerador da receita, pois do contrário estaremos desrespeitando o princípio da competência.
- 42) O aumento de obrigações decorrentes de variações cambiais, na elaboração da DFC, deve ser adicionado ao resultado do período a fim de obtermos o lucro ajustado, pois tais aumentos de passivos não representam desembolsos de disponibilidades.
- 43) O resultado positivo, na avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial, deve ser excluído do lucro líquido do exercício na determinação do lucro ajustado, quer na elaboração da DOAR, quer na elaboração da DFC, pois não representa ingresso de disponibilidades e não há aumento de capital circulante.
- 44) Em certas circunstâncias ou de modo genérico, poder-se-ia dizer que os ajustes que se fazem necessários ao resultado do exercício, para obter o lucro ajustado, consistem em considerar os aumentos do ativo circulante como aplicações de recursos e os aumentos do passivo circulante como sendo origens de recursos.
- 45) A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto se assemelha em quase todos os aspectos à elaboração da DOAR, sendo que a diferença consiste em considerar, também, as variações ocorridas no capital circulante líquido.

11. GABARITO DOS EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01 – C	02 – A	03 – E	04 – B	05 – D
06 – B	07 – D	08 – A	09 – C	10 – E
11 – C	12 – E	13 – E	14 – E	15 – C
16 – E	17 – C	18 – C	19 – C	20 – E
21 – C	22 – C	23 – C	24 – C	25 – C
26 – C	27 – E	28 – C	29 – C	30 – E
31 – C	32 – C	33 – C	34 – E	35 – C
36 – C	37 – C	38 – E	39 – C	40 – E
41 – E	42 – C	43 – C	44 – C	45 – C